

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE PB

Estudo Técnico Preliminar 106/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23096.046246/2025-78

2. Descrição da necessidade

2.1. Trata-se da necessidade de manutenção continuada de limpeza, asseio e conservação dos diversos ambientes do Campus de Campina Grande/PB, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), considerando a proximidade do término da vigência do contrato atualmente em execução (Contrato nº 04/2021). A continuidade desses serviços é imprescindível para garantir o regular desenvolvimento das atividades acadêmicas, administrativas, de pesquisa e de extensão realizadas no âmbito do Campus Sede, razão pela qual se faz necessária a instauração deste Estudo Técnico Preliminar com vistas à nova contratação.

2.2. A contratação pretendida tem por finalidade garantir a continuidade da prestação dos serviços de limpeza, asseio e conservação, de modo a manter condições adequadas de salubridade, higiene e conservação predial, mediante o fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva, bem como de materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços. Ressalta-se que tais atividades não integram as atribuições dos cargos atualmente existentes no quadro de servidores do Campus Sede da UFCG, tendo em vista a extinção dos cargos de auxiliar e servente de limpeza no âmbito da Administração Pública Federal, conforme a Lei nº 9.632/1998. Dessa forma, a contratação de empresa especializada mostra-se imprescindível para a execução contínua dessas atividades de natureza acessória.

2.3. O Campus sede da UFCG está localizado no município de Campina Grande/PB, possuindo uma área total de 31 hectares, com uma área construída de 90.902,58 m², subdividido em quatro setores: Setor A, Setor B, Setor C, Setor D (CCBS) e a Garagem/Carpintaria, sendo estes dois últimos em locais externos ao local do Campus Sede.

2.4. Além das edificações, o Campus dispõe de extensa área externa pavimentada, compreendendo passeios, estacionamentos, calçadas, passarelas, canteiros e jardins, que igualmente demandam serviços regulares de limpeza e conservação.

2.5. O Campus desenvolve atividades de natureza coletiva, abrangendo ensino, pesquisa, extensão e atividades administrativas inerentes ao seu funcionamento. Considerando a oferta de cursos nos turnos diurno e noturno, as atividades ocorrem de forma praticamente ininterrupta de segunda-feira a sábado, o que impõe a necessidade de execução contínua dos serviços de limpeza e conservação ao longo do dia.

2.5.1. O Campus Sede da UFCG atualmente possui 8.319 alunos ativos, 738 professores, 1.230 Técnico-Administrativos e 401 prestadores de serviços terceirizados, e oferece 36 cursos de graduação, 26 de mestrados acadêmicos, 7 de mestrados profissionais e 13 doutorados, além de diversos projetos de pesquisa e extensão.

2.6. A utilização diária e intensiva dos ambientes institucionais exige a manutenção permanente das condições de limpeza em todos os espaços físicos do Campus Sede, bem como a coleta diária dos resíduos sólidos gerados pela comunidade acadêmica, tanto nas áreas internas quanto nas áreas externas (vias internas, áreas verdes, passarelas e estacionamentos). As dimensões do Campus, o fluxo elevado de pessoas e o volume de resíduos produzidos reforçam a necessidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados, sob pena de comprometimento das condições de saúde, segurança e bem-estar da comunidade acadêmica e dos usuários.

2.7. Os serviços deverão ser contratados com base na metragem das áreas internas e externas a serem atendidas, adotando-se estimativa de custo por metro quadrado, observadas as especificidades de cada ambiente, os parâmetros de produtividade, a periodicidade, a frequência e as condições de execução.

2.8. A execução indireta dos serviços em questão encontra respaldo na regulamentação vigente aplicável à Administração Pública Federal. A Portaria MPDG nº 443/2018, que disciplina a aplicação do Decreto nº 9.507/2018, estabelece que, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, devem ser preferencialmente executados de forma indireta determinados serviços, dentre os quais os serviços de conservação e limpeza.

- **Histórico da contratação atual - Campus Sede:**

2.9. A contratação atual se deu por meio do Pregão Eletrônico nº 01/2021 realizado pela UASG 158195 - UFCG Campina Grande, Processo nº 23096.020794/2019-20:

Quadro 1 - Áreas a serem limpas - contratação atual.

Ambiente	Áreas (m²)	Produção de área mensal estimada (m²)
I - Áreas internas	89.980,86	1.707.021,69
II - Áreas externas	417.504,48	7.404.117,96
III- Esquadrias internas e externas	29.894,65	24.433,66
IV - Fachadas envidraçadas	0	0
V - Áreas Hospitalares e assemelhadas	163,55	1.805,88
Total	537.543,54	9.137.379,19

Quadro 2 - Quantidades de postos de serviço da contratação atual.

Postos de serviços	Regime de trabalho	CBO	Quantidade
Servente de limpeza regular	44h semanais	5143-20	98
Servente de limpeza c/ insalubridade laboratórios	44h semanais	5143-20	32
Encarregado	44h semanais	4101-05	4
Total			134

2.10. A licitação teve como vencedora a empresa : ALERTA SERVICOS EIRELI, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 04.427.309/0001-13, o Contrato UFCG/PRA Nº 004/2021, com vigência 01/07/2021 a 01/07/2022, ver documento

SEI nº 1588605. Posteriormente, foi prorrogado sucessivamente pelos Termos Aditivos nº 17/2022 (Documento SEI 2516136), nº 32/2023 (Documento SEI nº 3522089), nº 37/2024 (Documento SEI nº 4549324) e nº 51/2025 (Documento SEI nº 5614810), com encerramento da vigência em 01/07/2026.

• **Proposta da nova contratação para o Campus Sede:**

2.11. A proposta para a nova contratação será realizada por meio do Pregão Eletrônico pela UASG 158195 - UFCG Campina Grande, Processo nº 23096.046246/2025-78, com a seguinte demanda do Campus Sede.

Quadro 3 - Áreas a serem limpas na proposta de contratação.

Ambiente	Áreas (m²)	Produção de área mensal estimada (m²)
I - Áreas internas	88.396,16	1.412.399,08
II - Áreas externas	415.857,33	6.925.283,78
III- Esquadrias internas e externas	36.628,22	21.279,99
IV - Fachadas envidraçadas	0	0
V - Áreas Hospitalares e assemelhados	163,55	86,67
Total	541.045,26	8.359.049,53

Quadro 4 - Quantidades de Postos de Serviço Proposto.

Postos de serviços	Regime de trabalho	CBO	Quantidade
Servente regular interno	40 h semanais	5143-20	56
Servente regular externo	40 h semanais	5143-20	18
Servente c/insalubridade (banherista e áreas hospitalares)	40 h semanais	5143-20	8
Servente c/insalubridade (coleta de lixo)	40 h semanais	5143-20	3
Servente com periculosidade	40 h semanais	5143-20	2
Encarregado	40 h semanais	4101-05	3
Total			90

2.12. Essa produção mensal e estimativa de postos poderão sofrer alteração após o resultado do Laudo Técnico de insalubridade e periculosidade.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Prefeitura Universitária	Larissa Santana Batista

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A empresa contratada deverá possuir capacidade técnica e experiência comprovadas na prestação dos serviços de limpeza e conservação.

Da modalidade da licitação.

4.2. Conforme a Lei 14.133/21, art. 6º, XIII - bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

4.3. Sendo assim, por tratar-se de serviços de limpeza e conservação, a contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, haja vista enquadrar-se na categoria de bens e serviços comuns.

Do critério de julgamento.

4.4. Conforme a Lei 14.133/21, art. 6º, inciso XLI, para a modalidade pregão o critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto, a ser definido no Termo de Referência.

Da natureza do serviço.

4.5. De acordo com o artigo 6º da Lei 14.133/2021, consideram-se:

XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;

XVI - serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra: aqueles cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos, que:

a) os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços;

b) o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e

c) o contratado possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

4.6. Desta forma, constata-se que o serviço objeto deste estudo possui natureza continuada e com dedicação exclusiva de mão de obra.

Da duração do contrato.

4.7. Foi verificado que os serviços contínuos apresentam-se mais adequados tecnicamente com a formalização do instrumento de contrato, por envolver uma série de obrigações contratuais, além de possibilitar a prorrogação dos referidos instrumentos.

4.8. Observando a Lei 14.133/2021, temos:

Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - dispensa de licitação em razão de valor;

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

§ 1º Às hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 92 desta Lei.

§ 2º É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais). (Vide Decreto nº 12.343, de 2024).

4.9. Por essa razão, o presente estudo trabalha exclusivamente com a hipótese de existir termo de contrato, com vigência de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. Justifica-se a vigência da contratação com base no artigo e incisos abaixo:

Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

§ 1º A extinção mencionada no inciso III do caput deste artigo ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

4.10. Segundo dispõe o art. 3º do anexo IX da IN n.º 05/2017, a CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, em eventual prorrogação contratual, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação, em conformidade com o disposto no Art. 9º do Anexo IX e Art. 1º e 2º do anexo VII-F da IN n.º 05/2017.

4.11. Assim, não se realizará a prorrogação contratual quando a CONTRATADA tiver sido declarada inidônea, impedida ou suspensa temporariamente de participação em licitação e/ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos.

Do preposto.

4.12. De acordo com a Lei 14.133/21, art. 118, temos:

Art. 118. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

4.13. Portanto, caberá à CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE, a designação formal de PREPOSTO para representá-la legalmente junto ao Centro da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, devendo o mesmo manter-se no âmbito da Instituição a disposição da equipe de fiscalização do contrato, com plenos poderes para:

- Receber ofícios e comunicações;
- Representar a CONTRATADA em reuniões e assinar atas de reunião, confirmando o compromisso da CONTRATADA com os termos acordados e registrados em ata;
- Receber solicitações e orientações para o cumprimento dos termos contratuais;

- Verificar e assinar o relatório de avaliação da qualidade dos Serviços gerados pela fiscalização do contrato através do Instrumento de Medição dos Resultados - IMR;
- Receber termos de notificação de descumprimento contratual, de aplicação de penalidades, de rescisão, de convocação ou tomada de providências para ajustes e aditivos contratuais e todas as demais que imponham ou não abertura de processo administrativo ou prazo para a CONTRATADA responder ou tomar providências; e
- Representar a CONTRATADA em todos os demais atos que se relacionem com o contrato.

4.14. A CONTRATADA deverá providenciar junto à CONTRATANTE o acesso do PREPOSTO ao Sistema Eletrônico de Informações - SEI/UFCG, do tipo usuário externo, com plenos poderes para, em nome da CONTRATADA, abrir processos com requerimento para pagamento de fatura, repactuação, liberação de recursos da conta vinculada, receber intimações digitais, dentre outros processos relacionados à contratação.

4.15. O PREPOSTO deverá ter capacidade legal e gerencial para tratar de todos os assuntos previstos no instrumento contratual, devendo, além de ser acessível por intermédio de telefone (fixo e/ou celular) e e-mail.

Da qualificação da mão de obra.

4.16. A presente contratação precisará dispor de mão de obra com dedicação exclusiva, especializada e em conformidade com a legislação trabalhista, de forma a atender as necessidades diárias de cada ambiente, que são constantes e não intermitentes.

4.17. O enquadramento das categorias profissionais empregadas nos serviços objeto desta contratação, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, é o seguinte:

a) SERVENTE DE LIMPEZA - CBO nº 5143-20.

Descrição Sumária: Executam serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios e tratam de piscinas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

Escolaridade: Ensino fundamental incompleto e/ou experiência comprovada de 06 meses.

b) ENCARREGADO - CBO nº 4101-05.

Descrição Sumária: Supervisionam rotinas administrativas em instituições públicas e privadas, chefiando diretamente equipe de escriturários, auxiliares administrativos, secretários de expediente, operadores de máquina de escritório e contínuos. Coordenam serviços gerais de malotes, mensageiros, transporte, cartório, limpeza, terceirizados, manutenção de equipamento, mobiliário, instalações etc; administram recursos humanos, bens patrimoniais e materiais de consumo; organizam documentos e correspondências; gerenciam equipe. Podem manter rotinas financeiras, controlando fundo fixo (pequeno caixa), verbas, contas a pagar, fluxo de caixa e conta bancária, emitindo e conferindo notas fiscais e recibos, prestando contas e recolhendo impostos.

Escolaridade: Ensino médio completo e/ou experiência consagrada de 06 meses.

Da jornada de trabalho.

4.18. A jornada de trabalho será de 40 horas semanais em conformidade com o Anexo I da Instrução Normativa nº 190, de 5 de dezembro de 2024, alterada pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 148 de 13 de abril de 2026.

Do controle de frequência.

4.19. A legislação trabalhista brasileira exige, por meio do art. 74, §2º da CLT, que todas as empresas com mais de vinte trabalhadores devem proceder ao controle de ponto, em registro manual, mecânico ou eletrônico.

4.20. Desta forma, para a presente contratação, a CONTRATADA deverá instalar equipamento de controle de ponto eletrônico do tipo biométrico, de maneira que a CONTRATANTE, através da equipe de fiscalização do contrato, possa ter acesso à leitura das informações do controle de frequência a qualquer momento.

4.21. O custo do equipamento de controle de ponto eletrônico do tipo biométrico está previsto na planilha de custos e formação de preços.

4.22. Justifica-se a adoção do registro de ponto de eletrônico para se ter um maior controle do registro de pontualidade e assiduidade do trabalhador nas dependências da instituição, bem como a possibilidade de emitir relatórios parciais e mensais para acompanhamento pela fiscalização.

Da capacitação.

4.23. A CONTRATADA deverá realizar programa de treinamento contendo no mínimo os seguintes conteúdos:

- Ética profissional, sigilo, responsabilidade e apresentação pessoal;
- Orientações sobre Segurança e Medicina do Trabalho, prevenção das causas de acidente de trabalho, consequências dos acidentes de trabalho e comunicação do acidente de trabalho;
- Orientações sobre critérios de sustentabilidade, como o uso consciente do consumo de água, energia elétrica e material de expediente;
- Conhecimento das características das instalações da Instituição, principalmente em relação a comunidade acadêmica (professores, alunos, servidores técnicos, prestadores de serviços e o público em geral);
- Combate e prevenção de incêndios;
- Combate e prevenção da proliferação do mosquito *Aedes aegypti* que transmite a dengue, zika e chikungunya;
- e
- Outros necessários.

4.24. Os treinamentos para capacitação poderão ser viabilizados através de parceria com as autoridades locais e a própria Instituição, de forma a não apresentar custos adicionais que onerem a contratação.

Do rodízio periódico dos serventes de limpeza

4.25. A contratada deverá adotar sistema de rodízio dos serventes de limpeza entre os diversos setores/ambientes atendidos, com periodicidade mínima de 90 (noventa) dias, salvo quando comprovadamente inviável por motivo operacional devidamente justificado e aceito pela fiscalização.

4.26. Não será contemplada pelo rodízio periódico de serventes de limpeza a Unidade Acadêmica de Educação Infantil da Universidade Federal de Campina Grande (UAEI/UFCG).

4.27. O rodízio deverá garantir a alternância dos postos de trabalho, preservando a continuidade e a qualidade dos serviços.

4.28. A contratada deverá encaminhar à fiscalização, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, a programação do rodízio, bem como comunicar imediatamente qualquer alteração superveniente.

4.29. O não cumprimento do rodízio nos prazos estabelecidos poderá sujeitar a contratada às penalidades previstas no Termo de Referência e seus anexos, assim como no Contrato.

Da saúde e segurança no trabalho.

4.30. Cabe à CONTRATADA a implantação do conjunto de normas, ações e medidas preventivas destinadas a melhorar dos ambientes de trabalho, a prevenção de doenças ocupacionais e acidentes do trabalho, para proporcionar a melhor qualidade de vida no ambiente de trabalho.

4.31. Desse modo, a CONTRATADA será responsável por elaborar, apresentar e zelar pelo cumprimento do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO, em que estejam contempladas tais medidas de segurança do trabalho e saúde dos trabalhadores, em conformidade com as NR n.º 07, NR n.º 06 e NR n.º 15 encontradas no endereço eletrônico <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/normas-regulamentadoras-nrs>>, atentando para o cumprimento dos seguintes itens:

- a) Apresentar o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO, contendo obrigatoriamente: a fundamentação legal, o objetivo, a metodologia e as diretrizes que regem o programa;

- b) O PCMSO deverá ser apresentado até 30 dias após o início dos serviços e ser reapresentado, se verificado necessidades a qualquer momento;
- c) Descrever as atividades do PCMSO, referente aos exames médicos ocupacionais admissionais, demissionais, periódicos, retorno ao trabalho, mudança de função e encaminhamento para auxílio doença, em conformidade com a legislação vigente;
- d) Detalhar as responsabilidades, os mecanismos de avaliação e também o reconhecimento dos riscos inerentes a cada função;
- e) Elaborar o mapa de riscos, referente à área de atuação do funcionário no exercício de suas funções;
- f) Apresentar, no prazo máximo de 30 (trinta) do início da prestação dos serviços, o Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR à CONTRATANTE;
- f) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança individual e coletiva adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento e os demais que se fizerem necessários para o desempenho de suas funções;
- g) A CONTRATADA deverá ser responsável por manter e fiscalizar o uso dos EPI's e EPC's por parte dos seus funcionários, sendo o seu uso critérios de avaliação da qualidade dos serviços prestados no Índice de Medição dos Resultados – IMR;
- h) Havendo prorrogação do contrato deverá ser entregue declaração de que continua validando o último PCMSO e PGR vigente apresentado; e
- i) Havendo alterações nos ambientes de trabalho, a CONTRATADA deverá apresentar novo PCMSO e PGR, a critério da equipe de fiscalização.

Das obrigações da contratada.

4.32. São obrigações da contratada, além dos previstos em outros documentos:

- Participar da reunião inicial, nos termos do art. 45 da IN n.º 05/2017, quando convocada pela CONTRATANTE;
- Apresentar PREPOSTO à CONTRATANTE, nos termos no Art. 44 da IN n.º 05/2017, que representará a CONTRATADA;
- Providenciar o acesso do PREPOSTO junto à CONTRATANTE ao Sistema Eletrônico de Informações - SEI /UFCG, do tipo usuário externo, para abertura de processos com requerimento para pagamento de fatura, repactuação, liberação de recursos da conta vinculada, receber intimações digitais, dentre outros processos relacionados à contratação;
- Estar atenta as convocações exaradas pela EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE no Sistema Eletrônico de Informações - SEI/UFCG;
- Prestar informações à EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO, quando solicitadas, dentro dos prazos por esta estipulado;
- Manter PREPOSTO nas dependências da CONTRATANTE durante a execução dos serviços, devendo estar acessível à EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO;
- A CONTRATADA deverá elaborar e apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato, o MAPA DE LIMPEZA, onde deve constar detalhadamente o cronograma e o detalhamento da rotina de limpeza dos diversos ambientes da CONTRATANTE.
 - Entre as informações referentes à rotina, deve ser indicada, necessariamente, a relação de tarefas de limpeza, os horários, os locais de execução de cada tarefa, assim como os insumos empregados em cada tarefa.
 - Um MAPA DE LIMPEZA deve ser elaborado para cada unidade, respeitando-se assim as especificidades de cada local.
- A CONTRATADA deverá executar os serviços em horários que não interfiram no bom andamento da rotina de funcionamento da CONTRATANTE.
- A CONTRATADA deverá manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeita condição de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas.

- A CONTRATADA deverá identificar todos os equipamentos de sua propriedade, tais como aspiradores de pó, enceradeiras, carrinhos de transporte de lixo, escadas, etc., de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE.
- A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimentos dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados ou pelo preposto.
- Outras que venham a constar de outros documentos de planejamento.

Das obrigações da contratante.

4.33. São obrigações da CONTRANTANTE, além dos previstos em outros documentos:

- Designar a EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO que acompanhará a execução dos serviços durante toda sua vigência;
- Realizar, após assinatura do contrato, reunião inicial com a CONTRATADA, nos termos do Art. 45 da IN n.º 05 /2017; e
- Lavrar ata da reunião inicial, fazendo constar assinatura no documento de todos os membros presentes, tanto da CONTRATANTE, quanto da CONTRATADA.

Da participação de cooperativas.

4.34. De acordo com a Lei 14.133, temos:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas.

Art. 16. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

4.35. Ademais, considerando a IN 05/2017, no art.10, temos:

Art. 10. A contratação de sociedades cooperativas somente poderá ocorrer quando, pela sua natureza, o serviço a ser contratado evidenciar:

I - a possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados; e

II - que a gestão operacional do serviço seja executada de forma compartilhada ou em rodízio, em que as atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços e as de preposto, conforme determina o art. 68 da Lei nº 8.666, de 1993, sejam realizadas pelos cooperados de forma alternada ou aleatória, para que tantos quanto possíveis venham a assumir tal atribuição.

§ 1º Quando admitida a participação de cooperativas, estas deverão apresentar um modelo de gestão operacional que contemple as diretrizes estabelecidas neste artigo, o qual servirá como condição de aceitabilidade da proposta.

§ 2º O serviço contratado deverá ser executado obrigatoriamente pelos cooperados, vedada qualquer intermediação ou subcontratação.

4.36. Ainda conforme Revista do TCU, Setembro/Dezembro 2015, página 52:

“Nesse passo, para que a participação de cooperativas em licitações públicas seja lícita, será imprescindível, primeiramente, que a sua atividade esteja diretamente ligada ao objeto licitado, conforme leciona o prof. Marçal Justen Filho (2012): Essas considerações permitem afirmar que é possível e viável a participação de cooperativa em licitação quando o objeto licitado se enquadra na atividade direta e específica para a qual a cooperativa foi constituída. Se, porém, a execução do objeto contratual escapar à dimensão do ‘objeto social’ da cooperativa ou caracterizar atividade especulativa, haverá atuação irregular da cooperativa (p. 471). Outrossim, diante da impossibilidade de a cooperativa de trabalho ser utilizada com o escopo de intermediar mão de obra subordinada, deverá ser aferido, na fase interna da licitação, se o objeto demandado pela Administração pode ser executado pelos cooperados de forma autônoma, vale dizer, a atuação dos referidos colaboradores não poderá apresentar subordinação – seja entre a cooperativa e os cooperados, seja entre a Administração e os cooperados –, pessoalidade, habitualidade.”

4.37. Ainda conforme a AGU, temos:

O edital deverá prever a vedação à participação na licitação de cooperativa de trabalho, nos termos definidos pelo Termo de Conciliação Judicial homologado pela Justiça do Trabalho nos autos da ação civil pública nº 01082-2002-020-10-00-0, firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, consoante PARECER n. 002/2023/DECOR/CGU/AGU, aprovado pelo DESPACHO DE APROVAÇÃO n. 00006/2023/SGPP/CGU /AGU (nup: 00688.001058/2022-11, sequencial 27-30).

4.38. Sendo assim, salvo melhor juízo, respeitada a legislação vigente, entendemos que para a contratação em tela deverá ser vedada a participação de cooperativas.

Da vedação à Administração ou a seus agentes na contratação do serviço terceirizado.

4.39. De acordo com o artigo 48 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 48. Poderão ser objeto de execução por terceiros as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade, vedado à Administração ou a seus agentes, na contratação do serviço terceirizado:

- I - indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;*
- II - fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;*
- III - estabelecer vínculo de subordinação com funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado;*
- IV - definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;*
- V - demandar a funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;*
- VI - prever em edital exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.*

Parágrafo único. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação". (in verbis).

Da participação de consórcios.

4.40. Considerando a Lei 14.133, temos:

Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:

I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

§ 1º O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção.

§ 2º O acréscimo previsto no § 1º deste artigo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

§ 3º O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do caput deste artigo.

§ 4º Desde que haja justificativa técnica aprovada pela autoridade competente, o edital de licitação poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas consorciadas.

§ 5º A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

4.41. Analisando a legislação acima, não foi identificado impedimento a participação de empresas em consórcio, desde que atendam aos requisitos legais.

Do enquadramento dos serviços a serem contratados.

4.42. Tendo em vista que os serviços a serem contratados não se constituem em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do Decreto nº 9.507/2018, cuja execução indireta é vedada e observando a Portaria nº 443/2018, que estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, a saber:

VII - conservação e jardinagem;

XIV - limpeza;

4.43. Justifica-se que os serviços a serem contratados se enquadram como atividades acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade.

Do laudo para aferição da insalubridade e periculosidade.

4.44. Conforme Acórdão do TCU Nº 1496/2023 - Plenário, em licitação que envolva prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra em ambientes possivelmente sob condições insalubres ou de periculosidade, o

órgão ou a entidade contratante deve identificar, mediante laudo pericial, os casos de incidência dos respectivos adicionais.

4.45. Sabe-se que a Norma Regulamentadora 15 não determina uma validade para o laudo, mas sua elaboração é obrigatória para se fundamentar ou mesmo descaracterizar a insalubridade. Em regra, uma nova avaliação deverá ser feita quando houver alterações no ambiente de trabalho. Se as informações já presentes em um laudo de insalubridade se mantiverem exatamente as mesmas, não há, a rigor, a necessidade de se elaborar um novo laudo. Sendo assim, foi consultado o setor demandante por meio do Despacho sei 6177508 com o intuito de verificar a possibilidade de utilização do último LTCAT, e na impossibilidade de utilização do referido, encaminhar ao setor competente para a elaboração de um novo laudo.

4.46. O processo foi encaminhado ao SIASS para verificação da possibilidade de elaboração do LTCAT, conforme Despacho SEI 6187026, e foi informado a impossibilidade de atendimento da demanda.

4.47. Diante da negativa do SIASS, houve novamente manifestação da equipe de planejamento solicitando consulta a outros órgãos e setores da UFCG para a devida elaboração conforme Despacho SEI 6196298.

4.48. Então o processo foi enviado a SRH pela PRGAF, conforme documento SEI 6196965. No Despacho 6239598, a SRH informa que, no âmbito da Secretaria de Recursos Humanos (SRH), não há, servidores com formação ou especialização nas áreas indicadas (medicina do trabalho, engenharia ou arquitetura com especialização em segurança do trabalho) que disponham das informações técnicas necessárias ou que possam realizar o procedimento de perícia de insalubridade/periculosidade conforme solicitado.

4.49. Por fim, diante das negativas supra citadas, a equipe de planejamento novamente solicitou, por meio do Despacho SEI 6334758, o encaminhamento da demanda para verificação junto a outros órgãos, a saber:

iii) celebração de instrumentos de cooperação ou parcerias com órgãos das esferas federal, estadual, distrital ou municipal que possuam, em seus quadros, servidores públicos ocupantes de cargo ou posto militar de médico com especialização em medicina do trabalho, ou de engenheiro ou arquiteto com especialização em segurança do trabalho; e

iv) realização da perícia pelo Ministério do Trabalho, conforme previsão do art. 195, § 1º, da CLT (Parecer nº 00019/2023/CPLC/SUBCONS/PGF/AGU).

4.50. Por fim, por meio do Despacho SEI 6349005, a PRGAF orientou que a elaboração do referido laudo ficará a cargo da empresa contratada.

4.51. Ademais, a CCT PB000050/2026 recomenda no PARÁGRAFO OITAVO da CLÁUSULA NONA que as funções descritas no GRUPO I-A da Cláusula Terceira que realizarem atividades de limpeza não farão jus ao adicional de insalubridade, desde que comprovado a inexistência ou neutralização de eventuais agentes nocivos, através da apresentação do PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional) e do PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) pela empresa. E caso fique comprovada a existência de insalubridade, o adicional será limitado ao **grau médio (20%)**.

4.52. Portanto, na planilha de custos e formação de preços (documento SEI 6514130), foi provisionado o valor de R\$ 324,20 (20% do salário mínimo) para pagamento da insalubridade dos serventes de limpeza que trabalharão em banheiros e ambientes hospitalares e na coleta de resíduos sólidos com direito ao referido adicional.

4.53. No entanto, os valores só devem ser pagos quando da apresentação do LTCAT e comprovação do referido direito ao adicional.

4.54. Ainda conforme CCT, temos:

CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE: Fica assegurado a todos os empregados que exercem atividades ou operações perigosas o adicional de periculosidade nos percentuais previstos em Lei, desde que apuradas as condições de trabalho, por meio de laudos periciais, que deverão ser emitidos por Peritos contratados pelo tomador de serviços, sendo apenas devido enquanto perdurarem as condições particulares de trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o piso salário da categoria, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

4.55. Sendo assim, foi provisionado na planilha de custos e formação de preços (documento SEI 6514130) o valor de R\$ 489,45 para os serventes de limpeza que trabalharão em ambientes perigosos também condicionado o pagamento a verificação do direito por meio de LTCAT.

4.56. Ademais, de acordo com o item II da Súmula 448 do TST, a higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação e a respectiva coleta de lixo, por não se equiparar à limpeza em residências e escritórios, dá direito ao pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo.

4.57. Contudo, não há normativos que definam quais banheiros são considerados de grande circulação.

4.58. Ainda de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho PB000050/2026, temos:

CLÁUSULA NONA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

PARÁGRAFO OITAVO - As funções descritas no GRUPO I-A da Cláusula Terceira que realizarem atividades de limpeza não farão jus ao adicional de insalubridade, desde que comprovado a inexistência ou neutralização de eventuais agentes nocivos, através da apresentação do PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional) e do PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) pela empresa. Caso fique comprovada a existência de insalubridade, o adicional será limitado ao grau médio.

PARÁGRAFO NONO: Diante da inexistência de regulamentação específica por parte do Ministério do Trabalho e Emprego acerca dos critérios para definição de banheiros públicos de uso coletivo e de grande circulação, para atender o prescrito nos artigos 190 a 192 da CLT, fica convencionado que banheiros públicos e de grande circulação são aqueles localizados em áreas que não possuam qualquer tipo de controle de acesso e entende-se como banheiro de alta circulação aquele que tenha no mínimo 10 (dez) vasos sanitários por banheiro e aquele de utilização efetiva igual ou superior a 99 (noventa e nove) pessoas por dia, independentemente da quantidade de banheiros limpos por cada empregado.

4.59. Salvo melhor juízo, e devido impossibilidade da contratante providenciar o referido laudo como já relatado, será atribuída para a contratada a responsabilidade de providenciar o laudo para aferição da insalubridade e periculosidade.

Das vedações a serem observadas

4.60. Em conformidade com o item 2.1. da IN 05/2017:

2.1. É vedado à Administração fixar nos atos convocatórios:

- a) o quantitativo de mão de obra a ser utilizado na prestação do serviço, devendo sempre adotar unidade de medida que permita a quantificação da mão de obra que será necessária à execução do serviço;*
- b) os benefícios, ou seus valores, a serem concedidos pela contratada aos seus empregados, devendo adotar os benefícios e valores previstos em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, como mínimo obrigatório, quando houver;*
- c) exigências de fornecimento de bens ou serviços não pertinentes ao objeto a ser contratado sem que exista uma justificativa técnica que comprove a vantagem para a Administração;*
- d) exigência de qualquer documento que configure compromisso de terceiro alheio à disputa;*
- e) exigência de comprovação de filiação a Sindicato ou a Associação de Classe, como condição de participação na licitação, exceto quando a lei exigir a filiação a uma Associação de Classe como condição para o exercício da atividade, como nos casos das profissões regulamentadas em lei, tais como a advocacia, engenharia, medicina e contabilidade;*

f) exigência de comprovação de quitação de anuidade junto a entidades de classe como condição de participação;

g) exigência de certidão negativa de protesto como documento habilitatório;

h) a obrigação do contratante de ressarcir as despesas de hospedagem e transporte dos trabalhadores da contratada designados para realizar serviços em unidades fora da localidade habitual de prestação dos serviços que não estejam previstos nem orçados no contrato; e

i) quantitativos ou valores mínimos para custos variáveis decorrentes de eventos futuros e imprevisíveis, tais como o quantitativo de vale-transporte a ser fornecido pela eventual contratada aos seus trabalhadores, ficando a contratada com a responsabilidade de prover o quantitativo que for necessário, conforme dispõe o art. 63 desta Instrução Normativa.

Do local da prestação dos serviços.

4.61. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

4.61.1. Campus Sede da UFCG: Rua Aprígio Veloso, 882 - Universitário - Campina Grande - PB;

4.61.2. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde: Av. Juvêncio Arruda, 795 - Bodocongó - Campina Grande - PB; e

4.61.3. Garagem/Carpintaria: Rua Luís Malheiros, S/N - Bodocongó - Campina Grande - PB.

Do percentual de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica

4.62. A contratada deverá ter, em meio ao quantitativo da mão de obra que prestará os serviços oriundos desta contratação, o percentual de no mínimo 8% de sua composição com mulheres vítimas de violência doméstica, em atendimento ao art. 3º do Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023, com fulcro no inciso I do § 9º do art. 25 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Dos procedimentos de limpeza.

4.63. Áreas Internas

a) Compreendem as áreas internas as áreas de pisos (acarpetados, frios), laboratórios, almoxarifados/galpões, oficinas, áreas com espaços livres (saguão, hall e salão). Os serviços serão executados pelo contratado na seguinte frequência:

a.1) DIARIAMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO.

- Remover, com pano úmido, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio, etc.;
- Lavar os cinzeiros situados nas áreas reservadas para fumantes;
- Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza e aspirando o pó;
- Aspirar o pó em todo o piso acarpetado;
- Proceder à lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários com saneante domissanitário desinfetante, duas vezes ao dia;
- Varrer, remover manchas e lustrar os pisos encerados de madeira;
- Varrer, passar pano úmido e polir os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;
- Varrer os pisos de cimento;
- Limpar com saneantes domissanitários os pisos dos sanitários, copas e outras áreas molhadas, duas vezes ao dia;
- Abastecer com papel toalha, higiênico e sabonete líquido os sanitários, quando necessário;
- Retirar o pó dos telefones com flanela e produtos adequados;
- Limpar os elevadores com produtos adequados;

- Passar pano úmido com álcool nos tampos das mesas e assentos dos refeitórios antes e após as refeições;
- Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo-os para local indicado pela Administração;
- Deverá ser procedida a coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN /MARE nº 6 de 3 de novembro de 1995;
- Limpar os corrimãos;
- Suprir os bebedouros com garrações de água mineral, adquiridos pela Administração;
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

a.2) SEMANALMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO EXPLICITADO.

- Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;
- Limpar, com produtos adequados, divisórias e portas revestidas de fórmica;
- Limpar, com produto neutro, portas, barras e batentes pintados a óleo ou verniz sintético;
- Lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar flanela nos móveis encerados;
- Limpar, com produto apropriado, as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas;
- Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.;
- Lavar os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados com detergente, encerar e lustrar;
- Passar pano úmido com saneantes domissanitários nos telefones;
- Limpar os espelhos com pano umedecido em álcool, duas vezes por semana;
- Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral;
- Lavar tela de filtro das evaporadoras dos aparelhos de ar-condicionado;
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

a.3) MENSALMENTE, UMA VEZ.

- Limpar todas as luminárias por dentro e por fora;
- Limpar forros, paredes e rodapés;
- Limpar cortinas, com equipamentos e acessórios adequados;
- Limpar persianas com produtos adequados;
- Remover manchas de paredes;
- Limpar, engraxar e lubrificar portas, grades, basculantes, caixilhos, janelas de ferro (de malha, enrolar, pantográfica, correr, etc.);
- Proceder a uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês.

a.4) ANUALMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO.

- Efetuar lavagem das áreas acarpetadas previstas em contrato;
- Aspirar o pó e limpar calhas e luminárias;
- Lavar pelo menos duas vezes por ano, as caixas d'água dos prédios, remover a lama depositada e desinfetá-las.

4.64. Áreas Externas.

a) Consideram-se áreas externas a aquelas áreas não edificadas, mas integrante do imóvel. Compreendem as áreas externas os pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações, as áreas de passeios e arruamentos, pátios e áreas verdes classificados de acordo com a frequência. Os serviços serão executados pela contratada na seguinte frequência:

a.1) DIARIAMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO.

- Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza;
- Varrer, passar pano úmido e polir os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;
- Varrer as áreas pavimentadas;
- Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo-os para local indicado pela Administração;
- Deverá ser procedida a coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN MARE nº 6 de 3 de novembro de 1995;
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

a.2) SEMANALMENTE, UMA VEZ

- Limpar e polir todos os metais (torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.);
- Lavar os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados, com detergente, encerar e lustrar;
- Retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes;
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

a.3) MENSALMENTE, UMA VEZ.

- Lavar as áreas cobertas destinadas à garagem/ao estacionamento;
- Aplicação de cal em meio-fios;
- Proceder a capina e a roçada, retirar de toda área externa, plantas desnecessárias, cortar grama e podar árvores que estejam impedindo a passagem de pessoas.
- Os serviços de paisagismo como jardinagem, adubação, aplicação de defensivos agrícolas não integram a composição de preços contemplados por esta Instrução Normativa, devendo receber tratamento diferenciado.

4.65. Esquadrias externas

a) Consideram-se esquadrias externas aquelas áreas compostas de vidros. As esquadrias compõem-se de face interna e externa com ou sem exposição à situação de risco. Considera-se exposição à situação de risco aquela situação que necessita para execução dos serviços de limpeza, a utilização de equipamento especial tais como balancins manuais ou mecânicos, ou andaimes. Os serviços serão executados pela contratada na seguinte frequência:

a.1) QUINZENALMENTE, UMA VEZ.

- Limpar todos os vidros (face interna/externa), aplicando-lhes produtos antiembaçantes;

4.66. Fachadas envidraçadas

a) Considera-se limpeza de fachadas envidraçadas, externamente, somente para aquelas cujo acesso para limpeza exija equipamento especial, cabendo ao dirigente do órgão/entidade decidir quanto à oportunidade e conveniência desta contratação. Os serviços serão executados pela contratada na seguinte frequência:

a.1) SEMESTRALMENTE, UMA VEZ.

- Limpar fachadas envidraçadas (face externa), em conformidade com as normas de segurança do trabalho, aplicando-lhes produtos antiembaçantes.

4.67. Do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis

4.67.1. O Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 8ª edição/outubro de 2025, prevê como requisitos sustentáveis da contratação:

a) A contratação de serviços deverá prever que as empresas contratadas adotem as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber (como obrigações da contratada):

I - use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II - adote medidas para evitar o desperdício de água tratada. Recomenda-se observar se há legislação estadual ou municipal neste tema.

III - observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV - forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realize a separação dos resíduos reutilizáveis e recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, e a sua destinação prioritária às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, que será precedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 10.936, de 2022;

VII - respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

VIII - preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução do CONAMA vigente.

b) Para fins de coleta seletiva ou logística reversa, os consumidores são obrigados a acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis (art. 35 da Lei nº 12.305, de 2010, c/c art. 9º do Decreto nº 10.936, de 2022).

5. Levantamento de Mercado

5.1. No intuito de identificar fornecedores para a demanda, foi realizada:

5.1.1. Consulta de fornecedores no Estado da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte para identificar e comprovar a viabilidade ou não de competição.

5.1.1.1. A consulta está consolidada ao final deste estudo, como anexos, e demonstrou uma satisfatória quantidade de fornecedores, indicando a viabilidade de competição.

5.1.2. Com o objetivo de verificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que pudessem melhor atender às necessidades da Administração, realizaram-se pesquisas, por meio Portal Nacional de Contratações Públicas, de formas de contratações similares de outros órgãos públicos federais, cujo objeto fosse a prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação.

Quadro 6 - pesquisas sobre soluções de mercado.

Pregão	Órgão	Objeto	Solução
			<ul style="list-style-type: none">Fundamentação legal conforme a Lei n.º 14.133/2021, da Instrução Normativa Seges/ME n.º 73/2022, da Lei Complementar n.º 123/2006Não adoção do SRP;Vistoria facultativa;

<p>PREGÃO ELETRÔNICO nº 19/2023</p>	<p>TCU</p>	<p>Contratação de serviços continuados de limpeza /copeiragem e recepção nas dependências da Secretaria do Tribunal de Contas da União no Estado do Acre - SEC-AC, em modelo de contrato por desempenho /resultado para os serviços de limpeza /copeiragem.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Adoção da formalização pelo instrumento do Termo de Contrato; • Regime de empreitada por preço unitário; • Compõem o objeto desta licitação, além da mão de obra, o fornecimento de todos os insumos e materiais e o emprego dos equipamentos necessários à execução dos serviços; • Não foi permitido a participar de: Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição; e Cooperativa de trabalho utilizada para intermediação de mão de obra subordinada, conforme disposto no art. 5 da Lei n.º 12.690, de 19 de julho de 2012. • Prazo para assinatura do contrato, dentro de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação; • Lucro = 10% e Despesas indiretas = 5% • Qualificação mínima para Limpeza /Copeiragem: ensino fundamental incompleto; • Jornada de 44 horas; • Índice para reajuste : Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA; • Não foi exigida garantia da execução do contrato, mas a CONTRATANTE poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA; • Vigência do contrato: 5 (cinco) anos até o limite de 120 (cento e vinte) meses; • Vedada a subcontratação para a execução do objeto deste contrato.
<p>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2023</p>	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ</p>	<p>Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e segurança para eventos, para atender necessidades de diversas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentação legal conforme a Lei nº 8.666 / 1993; • Adoção do Registro de Preços; • Critério de julgamento: menor preço global por grupo; • Vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da UFPR na ata de registro de preços; • Não houve exigência de garantia de execução para a presente contratação;

		unidades da Universidade Federal do Paraná.	<ul style="list-style-type: none"> • Não foi admitida a subcontratação do objeto; • Adoção da conta vinculada.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2023	Superintendência da Receita Federal	Contratação dos serviços continuados de limpeza e conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais.	<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentação legal conforme a Lei nº 8.666 / 1993; • Utilizado o grupo com 3 itens; • Critério de julgamento: menor preço global por grupo; • A formalização por Termo de contrato; • Vigência de 20 (vinte) meses; • Utilização do fato gerador; • Jornada de 44 horas semanais; • Regime de empreitada por preço global por lote; • Previsão de pagamento de insalubridade de 40% para serventes que limpem os banheiros conforme súmula 44 do TST ; • CBO - 5143-20; • Qualificação mínima para o servente: ensino fundamental completo; • Vistoria facultativa; • Permitida a subcontratação; • Prestação de garantia de 5% do valor total do contrato.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2022	MJSP - Polícia Federal	Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação, de forma indireta e contínua, de terceirizados de limpeza, conservação, higienização, jardinagem, copeiragem e tratador de animais, com dedicação exclusiva de mão de obra e serviços de limpeza de fachada, para o edifício sede da Polícia Federal no Rio Grande do Sul e suas	<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentação legal conforme a Lei nº 8.666 / 1993; • Regime de empreitada por Preço Global; • Uso da Conta-Depósito Vinculada; • Vistoria facultativa; • CBO 5143-20 - Auxiliar de Limpeza; • Qualificação mínima para o servente: ensino fundamental incompleto e experiência mínima de 1 ano; • CBO 4110-05 do encarregado; • Qualificação mínima para o encarregado: Ensino Médio completo e experiência mínima de 2 (dois) anos em trabalhos administrativos, preferencialmente RH/DP, ou em funções similares àquelas que serão supervisionadas; • Jornada semanal de 44 horas semanais; • É permitida a subcontratação parcial do objeto; • Índice de reajustamento - IPCA;

		delegacias descentralizadas.	<ul style="list-style-type: none"> Garantia em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato; Critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2022	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	Contratação dos serviços de limpeza, conservação, higienização e desinfecção, com fornecimento de materiais, insumos, equipamentos, EPI's e uniformes, a serem executados nas dependências das Gerências Executivas de Manaus, Macapá, Porto Velho e unidades vinculadas.	<ul style="list-style-type: none"> Fundamentação legal conforme a Lei nº 8.666 / 1993; Regime de execução de Empreitada por Preço Global; O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses; CBO - 5143-20 (serventes); CBO - 4110-10 (encarregado); Vistoria facultativa; Não será admitida a subcontratação do objeto licitado; Uso da Conta-Depósito Vinculada; Aplicação do índice de reajustamento IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE); Prestação de garantia em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato.

5.2. Abaixo, serão apresentados os apontamentos após análise das contratações acima.

5.2.1. Em resumo, observa-se na amostra que as contratações possuem as seguintes características:

1. Todas as contratações englobam o fornecimentos de materiais, uniformes, equipamentos e etc;
2. Fundamentação ora na Lei nº 8.666 / 1993 (ainda permitido na época), ora na Lei n.º 14.133/2021;
3. Regime de empreitada por preço global ou unitário;
4. Vistoria facultativa;
5. Adoção ou não do SRP;
6. Formalização por Termo de Contrato;
7. Qualificação mínima: ora ensino fundamental incompleto, ora ensino fundamental completo com experiência ou não;
8. Jornada de 44 horas;
9. Índice para reajuste : Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA;
10. Utilização ora do fato gerador, ora da conta vinculada;
11. Exigência de prestação de garantia em valor correspondente a 5 %, ora sem a obrigatoriedade de garantia;
12. Permitida a subcontratação, ora não;
13. CBO - 5143-20 (serventes);
14. CBO - 4110-10 (encarregado);
15. O prazo de vigência do contrato variado ora de 12 meses, 5 anos e 20 (vinte) meses.

5.3. Portanto, como soluções temos:

Quadro 7 - pesquisas sobre possíveis soluções para a demanda.

Soluções	Avaliação

<p>SOLUÇÃO 01: A UFCG dispor da mão de obra e adquirir apenas o material.</p>	<p>Em relação ao serviço, de imediato esta solução não se configura como viável tendo em vista a extinção dos cargos prevista na Lei nº 9.632 /1998. No que se refere aos materiais, seria necessário realizar uma licitação para a compra, o que demandaria tempo, e poderia acarretar várias formalizações de contratos, e sobretudo, risco de atraso ou não fornecimento do material, o que inviabilizaria a prestação do serviço.</p>
<p>SOLUÇÃO 02: Contratação de mão de obra e a compra dos insumos pela instituição.</p>	<p>A opção pela contratação de mão de obra por via direta demandaria várias contratações, instrumentalização, gestão e fiscalização dos contratos, resultando em maior gasto financeiro, de tempo e pessoal envolvido, aumento de ocorrências passíveis de sanções contratuais gerando incerteza na definição das responsabilidades, haja vista a multiplicidade de prestadores de serviço. No que se refere aos materiais, seria necessário realizar uma licitação para a compra, o que demandaria tempo, e poderia acarretar várias formalizações de contratos, e sobretudo, risco de atraso ou não fornecimento do material, o que inviabilizaria a prestação do serviço.</p>
<p>SOLUÇÃO 03: A contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de material pela contratante.</p>	<p>Neste caso, quanto ao material incorreria nos problemas já citados: risco de atraso ou não fornecimento, o que inviabilizaria a prestação dos serviços.</p>
<p>SOLUÇÃO 04: A contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de limpeza e conservação, com o fornecimento de material pela contratada.</p>	<p>Considerando os princípios administrativos da eficiência, celeridade e economicidade está solução foi considerada a mais viável considerando a otimização dos processos de contratação, acompanhamento, controle e fiscalização. Tendo em vista a experiência em outros contratos, esse modelo de prestação dos serviços é o que mais atende, alcança e se adequa as necessidades do Centro, promovendo a contratação de mão de obra terceirizada através de empresa especializada, com conhecimento e expertise no ramo dos serviços demandados, condensando em contrato único a prestação dos serviços e o fornecimento dos insumos assegurando que a prestação do serviço não será interrompida por falta ou atraso dos materiais.</p>

5.4. Sendo assim, por todo o exposto a solução 04 foi considerada a mais viável.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A descrição da solução como um todo, abrange a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de limpeza e conservação com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva e com fornecimento de saneantes domissanitários, ferramentas, utensílios e equipamentos para atender a demanda de limpeza do Campus Sede da Universidade Federal de Campina Grande. A contratação se dará com fulcro na Lei nº 14.133/2021.

6.2. A Contratada deverá manter disponibilidade do contingente de funcionários estipulado dentro dos padrões desejados pela Contratante, devidamente treinados e uniformizados com todo equipamento de proteção necessário à realização dos serviços.

6.3. A Contratada deverá disponibilizar os saneantes domissanitários, equipamentos, ferramentas, utensílios, uniformes e outros itens necessários, a serem utilizados diretamente na execução dos serviços, atendendo ao quantitativo, frequência de fornecimento e especificação estipulados.

6.4. A Contratada ainda deverá constituir preposto, que deverá permanecer nas dependências da Instituição no momento da prestação dos serviços, e instruí-lo quanto a necessidade de acatar as orientações da equipe de fiscalização do contrato, inclusive quanto ao cumprimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, dentro dos critérios de sustentabilidade previstos.

6.5. Os serviços serão contratados com base na área física a ser limpa, estabelecendo-se uma estimativa do custo por metro quadrado, observadas a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e das condições do local objeto da contratação. A qualidade na prestação do serviço será aferida através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. No que se refere as quantidades a serem contratadas, este estudo se divide em três vertentes, a saber: 1º - áreas, 2º - quantidade de postos e 3º - quantidade de insumos para a prestação dos serviços.

7.1.1. Áreas

7.1.1.1. Para se aferir a área objeto da contratação, o primeiro passo foi realizar a medição em todos os ambientes dos centros que compõem o Campus Sede da UFCG.

7.1.1.2. Com essa medição, foi obtida uma área de aproximadamente 541.045,26 m², divididas em áreas internas, externas, esquadrias externas e áreas hospitalares ou assemelhadas; compreendendo ainda, os estacionamentos e demais instalações.

7.1.1.3. Para o cálculo foi considerado a produtividade média por posto da contratação vigente, multiplicada pela frequência de limpeza.

7.1.1.4. Sendo assim, o cálculo resultou numa produção estimada no mês de 8.359.049,53 m² conforme quadro abaixo.

Quadro 8 - estimativas de demandas a serem contratadas.

Ambiente			Área (m ²)	Área (m ²) com freq
Perfil	Produtividade	Descrição		
I - Áreas Internas	1.200	Pisos acarpetados	387,00	2.687,88
	1.200	pisos frios	70.264,71	1.121.319,17
	800	piso frios - banheiros	4.097,32	132.353,05
	800	laboratórios	12.855,60	149.355,43
	1.200	almoxarifados/galpões	745,50	6.204,01
	1.200	oficinas	43,03	448,29

	1.200	áreas Com espaços Livres - saguão, hall e salão	3,00	31,25
II - Áreas Externas	1.800	pisos pavimentados adjacentes /contíguos às edificações	30.680,33	307.700,27
	2.700	varrições de passeios e arruamentos	42.861,57	428.960,87
	2.700	pátios e áreas verdes alta frequência	30.403,55	90.260,28
	2.700	pátios e áreas verdes média frequência	0,00	0,00
	2.700	pátios e áreas verdes baixa frequência	21.169,63	40.369,62
	100.000	coleta de detritos em pátios e áreas verdes com frequência diária	290.742,25	6.057.992,74
III - Esquadrias externas	300	face externa com exposição à situação de risco	8.200,98	5.189,16
	380	face externa sem exposição à situação de risco	9.883,37	5.668,54
	380	face interna	18.543,87	10.422,29
IV - Fachadas Envidraçadas	160	Fachadas envidraçadas	0,00	0,00
V - Áreas Hospitalares e Assemelhadas	450	Áreas hospitalares - Administrativas	23,49	0,00
	450	Ambientes cirúrgicos, enfermarias, ambulatórios, laboratórios, farmácias, etc.	140,06	86,67
TOTAL			541.045,26	8.359.049,53

7.1.1.5. A demanda de serviços a ser contratado foi estimada com base na área física a ser limpa, estabelecendo-se uma estimativa do custo por metro quadrado. A mensuração das áreas físicas foi realizada através da análise dos projetos arquitetônicos das diversas instalações do Campus, assim como de medições *in loco*.

7.1.1.6. Foram consideradas as peculiaridades das condições de cada ambiente, assim como a produtividade, periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço. Para tanto, foram observados os parâmetros de produtividades e frequências referenciadas na Instrução Normativa nº 05/2017, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e atualizados pela Portaria nº 21.262, de 23 de setembro de 2020.

7.1.1.7. As demandas estimadas para cada setor estão discriminadas na planilha de custos da contratação.

7.1.2. Postos

7.1.2.1. No que se refere a quantidade de postos, temos como determinantes: a área física a ser limpa, a produtividade e a frequência adotadas. Sendo assim, conforme planilha da área, temos como demanda para a contratação pretendida:

Quadro 09 - Quantidades de postos.

Posto de trabalho	Regime de trabalho	CBO	Quantidade
Servente regular interno	40h	5143-20	56
Servente regular externo	40h	5143-20	18

Servente com insalubridade (banheirista e áreas hospitalares)	40h	5143-20	8
Servente com insalubridade (coleta de lixo)	40h	5143-20	3
Servente com periculosidade	40h	5143-20	2
Encarregados	40h	4101-05	3
Total de trabalhadores			90

7.1.3. Insumos

METODOLOGIA PARA AFERIÇÃO DO QUANTITATIVO E MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS INSUMOS PREVISTOS PARA A CONTRATAÇÃO.

7.1.3.1. Esse tópico do ETP visa justificar os quantitativos de insumos solicitados para a contratação da prestação dos serviços de limpeza e conservação, e apresentar a metodologia e memória de cálculo utilizados.

7.1.3.2. O dimensionamento das quantidades de uniformes, saneantes domissanitários, equipamentos, ferramentas e EPI's foram provisionados em função da experiência em contratações anteriores e na necessidade atual.

7.1.3.3. Abaixo detalhamos cada categoria.

7.1.3.3.1. Uniformes.

7.1.3.3.1.1. Em relação aos uniformes, a Convenção Coletiva de Trabalho PB000050 /2026 traz a seguinte orientação:

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - FARDAMENTO

Os empregadores fornecerão aos seus empregados, anualmente, quando exigido pelo tomador do serviço: 02 (duas) camisas, 02 (duas) calças e 01 (um) par de sapatos.

7.1.3.3.1.2. Sendo assim, considerando que o serviço de limpeza e conservação requer peças específicas, bem como, em quantidade para que possa haver a troca e lavagem, foi provisionado o quantitativo conforme quadro abaixo:

Quadro 10 - Demanda de uniformes.

Item	Função	Quant.	Unidade	Descrição
1	Encarregado	2	Unidade	Calça, tipo social, 67% Algodão / 33% Poliéster, cor a combinar, com 02 bolsos Frontais Faca e 02 traseiros chapados, aplicação uniforme
2		2	Unidade	Camisa manga curta, abotoamento frontal, cor a combinar, contendo identificação da empresa
3		2	Unidade	Camisa manga longa, com abotoamento frontal, cor a combinar, contendo identificação

				da empresa
4		4	Par	Meia em algodão, na cor branca ou preta, com elastano.
5		2	Par	Sapato, tipo social, cor preta com solado antiderrapante em couro maleável
1	Servente Regular (Áreas Internas), Servente com Insalubridade (Banherista) e Servente com Insalubridade (Áreas Hospitalares)	2	Unidade	Calça, 67% Algodão / 33% Poliéster, cor a combinar, com 02 bolsos frontais e 02 traseiros, cós com elástico na cintura e cordão, contendo identificação da empresa
2		4	Unidade	Camisa manga curta, gola tipo polo, composto majoritariamente por algodão, cor a combinar, contendo identificação da empresa
3		4	Par	Meia em algodão, na cor branca ou preta, com elastano.
4		2	Par	Botas de borracha para limpeza, cano médio, cor preta, com solado antiderrapante
5		2	Par	Botina de segurança, na cor preta, confeccionada em couro, solado em PU monodensidade
1	Servente com Periculosidade- Limpeza de Janelas em situação de Risco	2	Unidade	Calça, 67% Algodão / 33% Poliéster, cor a combinar, com 02 bolsos frontais e 02 traseiros, cós com elástico na cintura e cordão, contendo identificação da empresa
2		4	Unidade	Camisa manga longa, gola tipo polo, em algodão, contendo identificação da empresa
3		4	Par	Meia em algodão, na cor branca ou preta, com elastano.
4		2	par	Botina de segurança, na cor preta, confeccionada em couro, solado em PU monodensidade
1		2	Unidade	Calça, 67% Algodão / 33% Poliéster, cor a combinar, com 02 bolsos frontais e 02 traseiros, cós com elástico na cintura e cordão, contendo identificação da empresa
				Camisa tipo jaleco de mangas compridas, abotoamento frontal, em

2	Servente Regular (Limpeza de Áreas Externas) e Servente com Insalubridade (Coleta de Lixo)	4	Unidade	brim, cor a combinar, com bolsos laterais, contendo a identificação da empresa
3		4	Par	Meia em algodão, na cor branca ou preta, com elastano.
4		2	Par	Botas de borracha para limpeza, cano médio, cor preta, com solado antiderrapante
5		2	Par	Bota segurança, material: couro, material sola: poliuretano (pu) bi-densidade, cor: preta, tamanho: 40, tipo cano: curto, tipo uso: construção civil, características adicionais: biqueira de aço, sem cadarço

7.1.3.3.1.3. Neste aspecto, a contratada deve observar o disposto abaixo:

- Toda a mão de obra deverá estar uniformizada desde o início de suas atividades junto a CONTRATANTE;
- Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo (relação nominal), cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.
- As medidas dos uniformes deverão ser colhidas nas instalações da contratante na presença do fiscal do contrato e preposto da empresa;
- A contratada não poderá repassar os custos de qualquer um destes itens de uniformes e equipamentos a seus empregados;
- Todos os ajustes e substituições necessários serão de responsabilidade da contratada e as suas expensas;
- Todos os itens do conjunto de uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação da CONTRATANTE e, a pedido dela, poderão ser substituídos, caso não correspondam às especificações;
- Eventuais alterações nas especificidades em algum item do uniforme, quanto a tecido, cor, modelo, etc., poderá ser aceita, desde que devidamente justificada e acatada pela equipe de fiscalização do contrato.

7.1.3.3.2. Saneantes domissanitários e ferramentas.

Quadro 11 - demanda de Saneantes.

Item	Qtde. Anual	Unidade	Descrição
SANEANTES DOMISSANITÁRIOS			
1	900	Frasco de 1 L	ÁLCOOL EM GEL: ÁLCOOL ETÍLICO, TIPO HIDRATADO, TEOR ALCOÓLICO 70%_(70°GL), APRESENTAÇÃO GEL
2	2.400	Frasco de 1 L	ÁLCOOL EM LÍQUIDO: ÁLCOOL ETÍLICO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, FÓRMULA QUÍMICA C ₂ H ₆ O, PESO MOLECULAR 46,07 G/MOL, GRAU DE PUREZA MÍNIMA DE 96%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 64-17-5

3	600	Frasco de 1 L	ÁCIDO CLORÍDICO (MURIÁTICO): Apresentação: solução aquosa; concentração 10%
4	240	Galão de 5 L	HIPOCLORITO DE SÓDIO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, CONCENTRAÇÃO TEOR MÍNIMO DE 12% DE CLORO ATIVO; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESTABILIZADO
5	1.440	Galão de 5 L	HIPOCLORITO DE SÓDIO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, CONCENTRAÇÃO TEOR MÍNIMO DE 5% DE CLORO ATIVO
6	1.800	Frasco de 1 L	ÁGUA SANITÁRIA, COMPOSIÇÃO QUÍMICA HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO, TEOR CLORO ATIVO VARIA DE 2 A 2,50%, COR INCOLOR, APLICAÇÃO LAVAGEM E ALVEJANTE DE ROUPAS, BANHEIRAS, PIAS,
7	1.440	Galão de 5 L	Desinfetante Saneante Princípio Ativo: Cloreto Alquil Dimetil Benzil Amônio , Teor Ativo: 0,4% (P/P) , Forma Física: Líquida
8	1.200	Galão de 5 L	DETERGENTE, COMPOSIÇÃO TESOATIVOS ANIÔNICOS, COADJUVANTE, PRESERVANTES, COMPONENTE ATIVO LINEAR ALQUIBENZENO SULFONATO DE SÓDIO, APLICAÇÃO LIMPEZA EM GERAL, AROMA NEUTRO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL, DILUIÇÃO 1/15 LITROS, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO
9	2.700	Frasco de 200 ml	LUSTRADOR MÓVEIS, COMPONENTES BASE DE SILICONE, AROMA LAVANDA, APLICAÇÃO MÓVEIS E SUPERFÍCIES LISAS, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO
10	8.700	Frasco de 500 ml	SOLUÇÃO LIMPEZA MULTIUSO, COMPOSIÇÃO BÁSICA AQUILBENZENO, SULFONATO DE SÓDIO, TENSOATIVO NÃO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, TIPO USO LIMPEZA, APLICAÇÃO LIMPEZA GERAL, COR INCOLOR
11	9.600	Unidade	DESODORIZADOR SANITÁRIO, COMPOSIÇÃO PARADICLORO BENZENO, ESSÊNCIA E CORANTE, PESO LÍQUIDO 25 G, ASPECTO FÍSICO TABLETE SÓLIDO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SUPORTE PLÁSTICO PARA VASO SANITÁRIO
12	420	Pacote com 5 unidades	SABÃO BARRA: SABÃO EM BARRA, ASPECTO SÓLIDO, NEUTRO, BARRAS DE 200G
13	240	Pacote com 5 kg	SABÃO EM PÓ: DETERGENTE, APLICAÇÃO LAVAGEM DE ROUPAS E LIMPEZA EM GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS EM PÓ BIODEGRADÁVEL
14	360	Galão	SABONETE LÍQUIDO, aspecto físico: líquido viscoso perolado, aplicação: assepsia das mãos,

		de 5 L	composição: álcool e sorbitol
15	3.000	Frasco de 300 ml	SAPONÁCEO, COMPOSIÇÃO TENSOATIVOS ANIÔNICOS, ALCALINIZANTES, ESPESSANTE, APLICAÇÃO LIMPEZA, ASPECTO FÍSICO CREMOSO
16	3.000	Frasco de 500 ml	LIMPA-VIDRO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, COMPOSIÇÃO LAURIL ÉTER, SULFATO DE SÓDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PULVERIZADOR COM GATILHO, VALIDADE MÍNIMA 3 ANOS
17	600	Frasco de 360 ml	AROMATIZANTE: DESODORANTE /AROMATIZANTE DE AMBIENTE, TIPO LÍQUIDO, AROMA LAVANDA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SPRAY

7.1.3.3.2.1. O fornecimento da demanda poderá ser ajustado pela gestão e fiscalização do contrato com base na especificação da contratação e a necessidade real pela contratante.

7.1.3.3.3. Materiais e Utensílios.

Quadro 12 - Demanda de materiais e utensílios.

Item	Qtde. Anual	Unidade	Descrição
MATERIAIS E UTENSÍLIOS			
1	3.000	Unidade	ESPONJA LIMPEZA, MATERIAL ESPUMA/ NYLON, FORMATO RETANGULAR, ABRASIVIDADE MÍNIMA/ MÉDIA, APLICAÇÃO UTENSÍLIOS E LIMPEZA EM GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DUPLA FACE, COMPRIMENTO MÍNIMO 110 MM, LARGURA MÍNIMA 75 MM, ESPESSURA MÍNIMA 20 MM
2	3.000	Unidade	FLANELA, MATERIAL ALGODÃO, COMPRIMENTO 40 CM, LARGURA 30 CM, COR LARANJA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ACABAMENTO NAS BORDAS
3	3.000	Unidade	PANO LIMPEZA, MATERIAL 100% ALGODÃO, COMPRIMENTO 80 CM, LARGURA 50 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ALVEJADO
4	3.600	Fardo com 8 Rolos de 300 m	PAPEL HIGIÊNICO, MATERIAL CELULOSE VIRGEM, COMPRIMENTO 300 M, LARGURA 10 CM, QUANTIDADE FOLHAS DUPLA, COR BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS EXTRAMACIO, NÃO PICOTADO
5	5.100	Pacote com 1.000 folhas	TOALHA DE PAPEL, MATERIAL PAPEL, TIPO FOLHA 2 DOBRAS, COMPRIMENTO 23 CM, LARGURA 21 CM, COR BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS INTERFOLHADA, ACONDICIONADO EM PACOTE DE 1.000 FO L
		Pacote	PALHA AÇO, MATERIAL AÇO CARBONO,

6	300	de 25g	ABRASIVIDADE MÉDIA, APLICAÇÃO LIMPEZA EM GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS Nº 2
7	180	unidade	REFIL PARA MOP ÚMIDO ALGODÃO, COM PONTA CORTADA. COMPOSIÇÃO: 70% ALGODÃO, 30% POLIÉSTER. ACABAMENTO: PONTA CORTADA REFIL 340GR. GRANDE CAPACIDADE PARA ABSORÇÃO E RETENÇÃO DE LÍQUIDOS. PRODUZIDO COM UM FILAMENTO INTERNO DE POLIÉSTER PARA MAIOR RESISTÊNCIA.
8	180	unidade	REFIL PARA MOP PÓ: fibras de algodão costuradas em lona, largura: 12 cm, comprimento: 60 cm, aplicação: limpeza, gramatura: 150, acabamento: fechamento por laços costurados
9	360	PACOTE 100,00 UN	SACO DE LIXO 300L: SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE 300 L, COR PRETA, LARGURA 117 CM, ALTURA 135 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PEÇA ÚNICA
10	720	PACOTE 100,00 UN	SACO DE LIXO 200L: SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE 200 L, COR PRETA, LARGURA 90 CM, ALTURA 120 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PEÇA ÚNICA
11	1.200	PACOTE 100,00 UN	SACO DE LIXO 100L: SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE 100 L, COR PRETA, APRESENTAÇÃO PEÇA ÚNICA, LARGURA 80 CM, ALTURA 100 CM
12	720	PACOTE 100,00 UN	SACO DE LIXO 60L: SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE 60 L, COR PRETA, APRESENTAÇÃO PEÇA ÚNICA, LARGURA 60 CM, ALTURA 70 CM
13	480	PACOTE 100,00 UN	SACO DE LIXO 40L: SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE 40 L, COR PRETA, APRESENTAÇÃO PEÇA ÚNICA
14	600	Unidade	BALDE PLÁSTICO, CAPACIDADE 15 LITROS, POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, ALTA RESISTÊNCIA A IMPACTO, PAREDES E FUNDOS REFORÇADOS, ALÇA EM AÇO ZINCADO, CORES VARIADAS, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.
15	900	Unidade	RODO LIMPEZA, MATERIAL CEPA: PLÁSTICO COM 2 BORRACHAS, MATERIAL CABO: MADEIRA, APLICAÇÃO: LIMPEZA EM GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO ENROSCADO, DIMENSÕES CEPA: 40CM DE COMPRIMENTO, DIMENSÃO DO CABO: 120CM, VARIAÇÃO DE 5%
16	480	Unidade	VASSOURA: VASSOURA DE PELO, COM CABO DE MADEIRA PLASTIFICADO DE 120 CM, NÚMERO 4
17	1.800	Unidade	VASSOURA: VASSOURA DE NYLON CERDAS DURAS TIPO PIAÇAÇA, COM CABO DE MADEIRA PLASTIFICADO DE 120 CM, NÚMERO 4

18	120	unidade	Vassoura, material cerdas: piaçava, material cepa: madeira, comprimento cepa: 70 cm, características adicionais: com cabo rosqueado
19	480	Unidade	VASSOURA: VASSOURA DE NYLON PRA LIMPEZA DE VASO SANITÁRIO
20	240	Unidade	PÁ COLETORA LIXO, MATERIAL COLETOR PLÁSTICO, MATERIAL CABO PLÁSTICO, COMPRIMENTO CABO 90 CM, MODELO SEM TAMPA
21	120	Unidade	VASSOURA EXTENSÍVEL, COM CABO TIPO TELESCÓPICO COM ALCANCE ATÉ 3 METROS

7.1.3.3.3.1. Para aferição da quantidade necessária a prestação dos serviços levou-se em consideração a inclusão de itens que não constavam no contrato vigente, mas são necessários à contratação atual. Para alguns itens temos um acréscimo na solicitação devido a quantidade anterior não ser suficiente, ao passo que alguns apresentam redução e outros permaneceram com a mesma quantidade do contrato vigente.

7.1.3.3.4. Ferramentas.

Quadro 12 - Demanda de Ferramentas.

Item	Qtde. Anual	Unidade	Descrição
FERRAMENTAS			
1	24	Rolo Bobina de 300m	Fio, material: nylon, bitola: 3 mm, aplicação: roçadeira, comprimento: 300 m
2	80	unidade	Enxada com cabo de madeira de 1,5 metros. Dimensões: 235 X 250 mm
3	20	unidade	FACÃO, MATERIAL LÂMINA AÇO, MATERIAL CABO POLIPROPILENO, COMPRIMENTO 12, TIPO PARA MATO
4	20	unidade	Estrovena, material aço carbono, tipo PESADA, comprimento 238, diâmetro OLHO 35, material cabo madeira, tratamento superficial pintura em verniz transparente
5	10	unidade	MACHADO, MATERIAL AÇO FORJADO, LARGURA LÂMINA 14, PESO 2, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM CABO, MATERIAL CABO MADEIRA, COMPRIMENTO CABO 1
6	20	unidade	Picareta estreita metálica, 5 libras, com olho de 70 x 45 mm e cabo de madeira de 90 cm
7	20	unidade	chibanca, material aço carbono, material encaixe cabo aço carbono, material cabo madeira, largura 9,80, altura 38, aplicação construção civil
8	10	unidade	marreta, material ferro, material cabo madeira, peso 1kg
			FOICE ROÇADEIRA: FOICE, MATERIAL AÇO, DUREZA 42 A 46 RC, TRATAMENTO SUPERFICIAL PINTURA ENVERNIZADA, TIPO

9	20	unidade	ROÇADEIRA, COMPRIMENTO LÂMINA 280 MM, COMPRIMENTO OLHO 95 MM, OLHO 30 MM, PESO 610 G
10	40	unidade	Enxadinha de ponta: Sacho, material sacho: aço carbono, cor sacho: laranja, quantidade pontas: 2 un, comprimento cabo: 10 cm, comprimento sacho: 240 mm, largura sacho: 430 mm
11	20	unidade	PÁ QUADRADA: PÁ, MATERIAL CABO MADEIRA, APLICAÇÃO CONSTRUÇÃO CIVIL, MATERIAL AÇO, FORMATO QUADRADA, TAMANHO 290 X 250, COMPRIMENTO CABO 1,3 m. Característica adicional: terminal 'D' em plástico
12	20	unidade	PÁ DE BICO: Pá, material cabo madeira, aplicação jardinagem, material aço carbono, formato de bico, tamanho 320 x 270, características adicionais terminal d em plástico, pintura eletrostática a pó. COMPRIMENTO CABO 71 cm
13	10	unidade	Serrote poda, comprimento lâmina: 37 cm, características adicionais: manual podão tpm com gancho 1135-350, qualidade ja, uso: florestal
14	40	Unidade	BALDE COM ESPREMEDOR, material balde: aço, material espremedor: aço, material base: metal, capacidade balde: 24 l, tipo espremedor: pressão vertical, diâmetro roda: 3 pol, comprimento: 52,50 cm, largura: 36 cm, altura: 82 cm, peso caixa: 10,50 kg, volume caixa: 0,1179 m ³ , tratamento superficial: galvanização (balde e espremedor), cor: não aplicável, características adicionais: não aplicável
15	30	unidade	MOP ÚMIDO, MATERIAL FIBRA SINTÉTICA, APLICAÇÃO LIMPEZA, COR AZUL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DIÂMETRO 40CM, CABO ALUMÍNIO 1,30M, DIÂMETRO 15CM
16	30	Unidade	MOP PÓ, material: fibras de algodão costuradas em lona, largura: 12 cm, comprimento: 60 cm, aplicação: limpeza, cor: branca, gramatura: 150, acabamento: fechamento por laços costurados, características adicionais: cabo incluso; 300g; lavável e adaptável a modelos
17	30	Unidade	RODO: RODO DE LIMPAR VIDROS, CONFECCIONADO EM METAL, 2 EM 1, DUPLA FACES (BORRACHA E LÃ), CABO COM 50CM;
18	6	unidade	Extensão elétrica, tipo: pp carretel, comprimento: 50 m, componentes: 3 tomadas fêmeas e plugue terra, seção nominal: 2,5 mm ² , número pólos: 3, cor: preto, tensão nominal: bivolt v
20	30	unidade	Mangueira Jardim Material: Pvc E Poliéster Trançado , Diâmetro: 1/2 POL, Pressão Máxima: 12 BAR., Comprimento: 50 M, Cor: Cristal ,

			Características Adicionais: Três Camadas Intermediária De Pvc Transparente
21	50	unidade	Ancinho Jardinagem Material: Chapa Ferro , Quantidade Dentes: 22 UN, Altura Dentes: 420 MM, Largura Total: 320 MM, Espessura Dentes: 3,50 MM, Características Adicionais: Com Cabo Madeira
22	60	unidade	VASSOURA JARDINAGEM (ciscador), TIPO REGULÁVEL, MATERIAL CERDAS AÇO SAE 1070, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COMPRIMENTO CABO: 120 CM/CERDAS REDONDAS, QUANTIDADE LÂMINAS 22
23	10	unidade	lima manual, tipo murça, formato quadrada, comprimento 10', características adicionais com picado duplo
24	100	unidade	Espátula, material lâmina: aço galvanizado, material cabo: plástico, tamanho: 4 pol, aplicação: massa e raspagem, comprimento: 130 mm, largura: 12 cm

7.1.3.3.5. Equipamentos de Proteção Individual – EPI.

Quadro 13 - Demanda de EPIs

Item	Função	Qtde. de Funcionários na Função	Qtde. / Item de EPI	Unidade	Descrição
1	Servente Regular (Áreas Internas)	56	2688	Par	LUVA DE PROTEÇÃO, MATERIAL LATÉX, APLICAÇÃO LIMPEZA, TAMANHO ÚNICO, ACABAMENTO PALMA ANTIDERRAPANTE, TIPO USO REUTILIZÁVEL
2			2688	Unidade	Máscara, tipo: p,proteção contra poeiras, fumos e névoas óxicas, características adicionais: c,filtro PFF2 com válvula
3			25	Unidade	CAVALETE SINALIZAÇÃO - PLACA PERIGO - PISO ESCORREGADIO; PLACA EM PVC 1MM; MEDIDAS: 40X20 CM. FIXAÇÃO ATRAVÉS DE FITA AUTO ADESIVA. DEVE OBEDECER às INSTRUÇÕES TÉCNICAS DOS ÓRGÃOS NORMATIZADORES (CORPO DE BOMBEIROS, ABNT, MINISTERIO DO TRABALHO, ETC)
1			864	Par	Protetor auricular, tipo concha: plugue, material: elastômero sintético, tamanho: único, características adicionais: cordão pvc, acompanha caixa plástica para proteção

2	Servente Regular (Áreas Externas)	18	432	Par	Luva proteção, material: raspa de couro, tamanho: adulto, tipo: 5 dedos, ambidestra, aplicação: soldador, características adicionais: reforço em couro, forro algodão, tamanho: 41 cm
			36	Unidade	Chapéu masculino, chapéu masculino. Chapéu com protetor de pescoço com proteção UV
			216	Unidade	Óculos proteção, material armação: pvc transparente, tipo proteção: ampla visão, tipo ajuste haste: tirante em elástico preto, cor lente: incolor, aplicação: proteção geral, características adicionais: sistema ventilação direta composta de 75 orifícios, material lente: policarbonato
1	Servente com Insalubridade (Banherista e Áreas Hospitalares)	8	384	Par	LUIVA DE PROTEÇÃO, MATERIAL LATÉX, APLICAÇÃO LIMPEZA, TAMANHO ÚNICO, ACABAMENTO PALMA ANTIDERRAPANTE, TIPO USO REUTILIZÁVEL
2			384	Unidade	Máscara, tipo: p,proteção contra poeiras, fumos e névoas óxicas, características adicionais: c,filtro PFF2 com válvula
1	Servente com Insalubridade (Coleta de Lixo)	3	144	Unidade	Máscara, tipo: p,proteção contra poeiras, fumos e névoas óxicas, características adicionais: c,filtro PFF2 com válvula
2			72	Par	Luva proteção, material: raspa de couro, tamanho: adulto, tipo: 5 dedos, ambidestra, aplicação: soldador, características adicionais: reforço em couro, forro algodão, tamanho: 41 cm
3			6	Unidade	Chapéu masculino, chapéu masculino. Chapéu com protetor de pescoço com proteção UV
5			36	Unidade	Óculos proteção, material armação: pvc transparente, tipo proteção: ampla visão, tipo ajuste haste: tirante em elástico preto, cor lente: incolor, aplicação: proteção geral, características adicionais: sistema ventilação direta composta de 75 orifícios, material lente: policarbonato
1			1	Unidade	Balancim individual , cadeira suspensa (epi), balancim individual , cadeira suspensa.
2			1	Unidade	Trava queda (epi), material: aço inoxidável e corda trançada sintética, diâmetro: 12 mm, ponto ruptura: 2.200 kgf, aplicação: fixação corda, características adicionais: c.a impresso local

	Servente com Periculosidade (Limpeza de Janelas em situação de Risco)	2			legível visível, mosquetão aço
3			2	Unidade	capacete segurança, material plástico, tipo aba frontal, tipo copa com estrias, cor cinza, aplicação construção civil/cia eletricidade e indústrias, características adicionais dupla suspensão e jugular
4			2	Unidade	CINTO SEGURANÇA, MATERIAL POLIÉSTER, USO PARAQUEDISTA, COMPRIMENTO 1,90, LARGURA 45, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ACESSÓRIOS COM REGULAGEM, COMPONENTES 03 MEIA-ARGOLAS/05 FIVELAS DUPLAS/02 LAÇOS FRONTAI
5			20	Metro	Corda, material seda, tipo trançada, diâmetro 10, características adicionais resistente a umidade
6			10	Metro	Cabo aço, tratamento superficial: galvanizado, tipo: alma de fibra, bitola: 5,16 pol, aplicação: manobra de peso, características adicionais: classificação 6 x 19 af
7			6	Par	Luva proteção, material: raspa de couro, tamanho: adulto, tipo: 5 dedos, ambidestra, aplicação: soldador, características adicionais: reforço em couro, forro algodão, tamanho: 41 cm

7.1.3.3.5.1. O fornecimento da demanda poderá ser ajustado pela gestão e fiscalização do contrato com base na especificação da contratação e a necessidade real pela contratante.

7.1.3.3.5.2. Os saneantes domissanitários, materiais, ferramentas e EPIs/EPCs serão fornecidos para utilização na execução dos serviços e estão provisionados na planilha de custos e formação de preços correspondendo 1/12 de valor do contrato inicial (12 meses) divididos pelos postos de serviços.

7.1.3.3.6. Equipamentos.

Quadro 14 - Demanda de Equipamentos.

Item	Quantidade	Unidade	Descrição
1	2	unidade	Relógio Ponto Mostrador: Digital , Tipo: Biométrico E Leitor De Código De Barras , Características Adicionais: Teclas Em Padrão Telefônico E Teclas De Função , Alimentação: 110/200
2	3	unidade	Aspirador pó / água, potência motor: 2760 W; tensão alimentação: 220 V; capacidade 75 L; Características Adicionais: 2 Turbinas; Bocal P/ Cantos; Recipiente De Aço Ino
3	20	unidade	Secador mãos, material: plástico abs, tensão: 110,220 v, potência: 1.500 w
			Escada, material: alumínio, tipo: trepadeira, quantidade degraus: 10 un, características

4	5	unidade	adicionais: antiderrapante, com rodízios, corrimão em alumínio, altura: 2,56 m
5	3	unidade	Escada doméstica, material: alumínio, número degraus: 5 un, revestimento degraus: borracha antiderrapante, capacidade: 120 kg
6	6	unidade	Soprador, tipo: portátil, acionamento: gasolina, potência: 3.0 hp, volume ar: 18 m3,min, aplicação: remoção de folhas de árvores, características adicionais: motor 2 tempos, velocidade: 12.000 rpm
7	2	unidade	Cortador grama, tipo motor: elétrico, potência motor: 1.800 w, material lâmina: aço sae 1045, características adicionais: motor de 2t, com recolhedor, diâmetro corte 4800mm
8	3	unidade	Lavadora alta pressão, pressão: 1800 psi, vazão: 300 l/h, tensão: 110,220 v, características adicionais: rodas, gatilho auto-desligável, misturador, pisto-, tipo: lava-jato, modelo: monofásico
9	6	unidade	Roçadeira manual, tipo motor: gasolina, potência motor: 2,2 kw, tipo cortador: fio náilon e, ou lâmina aço, rotação: 12.300 rpm, peso aproximado: 8,5 kg, características adicionais: lateral, aplicação: corte grama, capim, pasto, arbusto, capoeiras e pe, tipo: costal
10	10	unidade	Container, material: polietileno alta densidade, capacidade: 700 l, aplicação: armazenagem de resíduos, características adicionais: 4 rodas borracha macia, cor: amarelo
11	10	unidade	Girica: carriola super, material aço inoxidável, capacidade 400Kg, aplicação desossa animais. Característica adicional: 2 pneus, câmara com capacidade de 160 litros
12	25	unidade	Conjunto lixeira coleta seletiva, material: polietileno alta densidade, quantidade lixeiras: 5 un, capacidade: 100 l, cor: amarela, azul, vermelha, verde, marrom, características adicionais: tampa vai e vem, material estrutura: aço galvanizado, tratamento superficial: u.v
13	15	unidade	Carrinho de Mão: carrinho mão, material caçamba chapa aço, material chassi tudo aço com luva para proteção das mãos, material pés chapa aço repuxada, material travessa chapa aço, tipo travessa suporte dianteiro caçamba, material eixo aço, material arruela fixação aço, material braçadeira aço, quantidade roda 1, tipo roda pneu com câmara, medida 3,25 x 8, espessura caçamba 0,60, capacidade caçamba 55L, comprimento eixo 1 POL, espessura chapa reforço eixo 2 mm, diâmetro tubo chassi 1 1/4 POL, espessura chapa pé 2mm, espessura travessa 2mm, material reforço eixo chapa aço
14	6	unidade	Coletor lixo, material: polietileno alta densidade, capacidade: 1.000 l, cor: azul, diâmetro roda: 8 pol, componentes: tampa articulada, 4 rodas borracha maciça e freios, aplicação: coleta seletiva, dimensão: 134 x 114 x 140 cm
15	613	unidade	Dispenser papel higiênico, material base: plástico abs, tipo: de parede, cor: branco, características adicionais: trava para rolo de até 300 m, altura: 27 cm, largura: 27 cm, profundidade: 12,50 cm
16	582	unidade	Dispenser higienizador, material: plástico abs, capacidade: 800 ml, tipo fixação: parede, cor: branca, aplicação: mãos, características adicionais: visor frontal para álcool gel ou sabonete líquido
17	490	unidade	Dispenser papel toalha, material: plástico abs, tipo: liberação de papel por alavanca, características adicionais: capacidade rolos de 200m e 20 cm largura
18	4	unidade	Container Material: Chapa De Aço Nº 14 , Tipo: Câmara De Lixo , Capacidade: 1.200 L, Dimensões: 1,955 X 1,180 X 0,900 M, Aplicação: Resíduos Sólidos , Características Adicionais: Munhões De Aço Maciços, Tampa Bi-Partida, Rodízios
19	5	Unidade	CARRO DE LIMPEZA, material: metal e plástico, tipo: 4 rodízios, comprimento: 114 cm, largura: 48 cm, altura: 96 cm, aplicação: limpeza industrial e comercial, características adicionais: 3 prateleiras, 4 baldes, saco funcional e tampa
20	10	Metro	ANDAIME, material: aço carbono; modelo: tubular modulado; acessórios: sapata fixa, painel horizontal, pranchão, diagonal e escada; tratamento superficial: pintura por imersão

Metodologia de aferição dos insumos

7.2. O quantitativo de insumos necessários à execução dos serviços de limpeza, asseio e conservação foi estimado a partir do quantitativo utilizado no contrato atual ainda vigente, realizando ajustes nos quantitativos, uma vez que vimos que alguns itens foram insuficientes e outros estavam sobrando. A memória de cálculo do levantamento dos insumos e dos equipamentos, encontra-se no Anexo II deste Estudo Técnico Preliminar.

7.3. Segue anexo nos autos 6442721 a memória de cálculo e doc sei do termo de referência da contratação anterior utilizado como base para definir o quantitativo solicitado para esta contratação.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 5.932.656,00

Item	Descrição/Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Total Estimado Mensal	Total Estimado Anual
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de LIMPEZA e CONSERVAÇÃO com fornecimento de mão-de-obra em dedicação exclusiva, saneantes domissanitários, ferramentas, utensílios, EPI's e equipamentos necessários ao atendimento das necessidades da Universidade Federal de Campina Grande - Campus sede.	24023	Unidade	R\$ 494.388,00	R\$ 5.932.656,00

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas. Após o interregno de um ano, mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais poderão ser repactuados.

8.2. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato. Demais informações estão pormenorizadas no Termo de Referência.

MANIFESTAÇÃO TÉCNICA DOS PREÇOS COLETADOS E METODOLOGIA DA PESQUISA E FORMAÇÃO DO PREÇO.

8.3. Para a composição dos custos referentes a contratação em tela, foi observado o exarado na Convenção Coletiva de Trabalho PB000050/2026, a saber:

8.3.1. Piso Salarial

8.3.1.1. Segundo a Constituição Federal/1988, temos:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

8.3.1.2. Conforme Convenção Coletiva de Trabalho PB000050/2026, o piso salarial estabelecido foi o seguinte,;

a) Servente de limpeza - R\$ 1.631,50;

b) Encarregado - R\$ 1.887,04 + gratificação R\$ 283,09.

8.3.2. Seguro de vida.

8.3.2.1. A pesquisa foi realizada conforme parâmetro I da IN 65/2021, e os valores foram inseridos na planilha e calculada a média. Após os cálculos foi obtido o valor de R\$ 5,00, no entanto, foi provisionado o custo referente a 50% que corresponde ao valor de R\$ 2,50.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SEGURO DE VIDA: As empresas farão, em favor de seu empregado seguro de vida com coberturas de morte natural, morte acidental e invalidez por acidente, cada cobertura no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), exceto suicídio, independentemente do local ocorrido, devendo ser descontado do salário do funcionário 50% (cinquenta por cento) do valor prêmio do seguro, respeitando-se o limite máximo de desconto de R\$ 6,00 (seis reais).

8.3.3. Auxílio alimentação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO: Fica assegurado a todos os trabalhadores contemplados por esta convenção coletiva, inclusive aqueles do Grupo XI e os ajudantes de rota do Grupo VI, cuja jornada de trabalho seja igual ou superior a 06 (seis) horas diárias, o direito ao recebimento de AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO no valor mensal de R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais), que deverá ser fornecido através das seguintes formas: a) cesta de alimentos; ou b) refeição in natura.

PARÁGRAFO SEXTO - As empresas descontarão de seus empregados 10% (dez por cento) do valor mensal de auxílio alimentação, proporcional ao que for concedido ao trabalhador, qualquer que seja a modalidade da concessão, de acordo com o Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT.

8.3.3.1. Sendo assim, o valor do auxílio alimentação provisionado na planilha de custos e formação de preços (documento SEI 6514130) foi de R\$ 594,00.

8.3.4. Auxílio morte/funeral.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AUXÍLIO FUNERAL: Em caso de morte do empregado, os sucessores do falecido receberão o valor único de R\$ 1.000,00 (Um mil reais) que será pago à vista pelo SEAC, para custeio de despesas com o funeral, independente do recebimento do Seguro de Vida, previsto na cláusula décima oitava da presente Convenção Coletiva.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A administração do benefício mencionado no caput da presente cláusula será de responsabilidade do SEAC-PB, cabendo a todas as empresas abrangidas por sua atuação o custeio, que será feito mediante o recolhimento compulsório, até o décimo dia útil de cada mês, por meio de depósito identificado em favor do Sindicato Patronal, do valor de R\$ 6,00 (seis reais) por empregado, perante (Banco: CAIXA ECONOMICA FEDERAL/CEF Agência: 0036 - Conta corrente: 577610922-8 - CNPJ:12.720.413/0001-20), e será tomando por base, para fins de cálculo, o número de empregados constante na relação da lista de empregados de cada empresa da SEFIP ou da folha de pagamento, que deverão ser mensalmente encaminhadas ao endereço eletrônico do sindicato SEAC-PB (seacpbsindicato@gmail.com) para fins de atualização cadastral, independente do pagamento do Seguro de Vida previsto na cláusula décima oitava desta Convenção.

8.3.4.1. Sendo assim, foi provisionado na planilha de custos e formação de preços (documento SEI 6514130) o valor de R\$ 6,00.

8.3.5. Benefício odontológico.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - BENEFÍCIO ODONTOLÓGICO: As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho concederão o benefício odontológico para todos os seus empregados,

exceto para os que estão afastados, cujo custeio se dará integralmente por parte do empregador, com mensalidade per capita no valor de R\$ 22,00 (vinte e dois reais), que garantirá a cobertura básica do Rol de Procedimentos aplicável aos planos odontológicos, divulgado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS.

8.3.5.1. Sendo assim, foi provisionado na planilha de custos e formação de preços (documento SEI 6514130) o valor de R\$ 22,00.

8.3.6. Vale transporte.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALE-TRANSPORTE: Desde que solicitado por escrito pelo interessado e satisfeitas as exigências previstas no Art. 7º do Decreto nº. 95.247/87, que regulamenta a Lei nº. 7.619/85, as Empresas fornecerão vale transporte a todos os seus empregados, exclusivamente para os seus deslocamentos residência-trabalho e vice-versa.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Para os empregados beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), incidente sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei.

8.3.6.1. Sendo assim, foi provisionado na planilha de custos e formação de preços (documento SEI 6514130) o valor de R\$ 117,71 para a função de Servente e o valor de R\$ 102,38 para a função de Encarregado.

8.3.7. Programa de assistência e cuidado pessoal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PARÁGRAFO SEGUNDO - Sem ônus de quaisquer espécies para os representados da entidade profissional, sendo o PROGRAMA DE ASSISTENCIA E CUIDADO PESSOAL, custeado por toda as empresas do segmento empresarial, inclusive aquelas que contratam por período temporário, recolherão em favor da entidade laboral, denominada SINTEPS-CG ou da empresa por ele credenciada, a importância mensal de R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) por cada trabalhador.

8.3.7.1. Sendo assim, foi provisionado na planilha de custos e formação de preços (documento SEI 6514130) o valor de R\$ 55,00.

8.3.8. Reembolso-creche.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /MGI Nº 147, DE 13 DE ABRIL DE 2026: Dispõe sobre o benefício de reembolso-creche à trabalhadora ou ao trabalhador alocado em contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra previsto no art. 3º, inciso III, do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, e disciplina a mensuração, execução e fiscalização de benefícios semelhantes previstos em normas coletivas.

ANEXO II - PERCENTUAL DE INCIDÊNCIA do reembolso-creche nos contratos: 20%.

8.3.8.1. Dessa forma, foram provisionados na planilha de custos e formação de preços (documento SEI 6514130) os valores de R\$ 105,33 para cada posto.

8.3.9. Adicional de insalubridade e/ou periculosidade.

8.3.9.1. Sabe-se que a Norma Regulamentadora 15 não determina uma validade para o laudo, mas sua elaboração é obrigatória para se fundamentar ou mesmo descaracterizar a insalubridade. Em regra, uma nova avaliação deverá ser feita quando houver alterações no ambiente de trabalho. Se as informações já presentes em um laudo de insalubridade se mantiverem exatamente as mesmas, não há, a rigor, a necessidade de se elaborar um novo laudo.

8.3.9.2. Sendo assim, foi consultado o setor demandante por meio do Despacho sei 6177508 com o intuito de verificar a possibilidade de utilização do último LTCAT, e na impossibilidade de utilização do referido, encaminhar ao setor competente para a elaboração.

8.3.9.3. O processo foi encaminhado ao SIASS para verificação da possibilidade de elaboração do LTCAT, conforme despacho sei 6187026, foi informado a impossibilidade de atendimento da demanda.

8.3.9.4. Diante da negativa do SIASS, houve novamente manifestação da equipe de planejamento solicitando consulta a outros órgãos e setores da UFCG para a devida elaboração conforme despacho 6196298.

8.3.9.5. O processo foi enviado a SRH pela PRGAF, conforme doc sei 6196965. No despacho 6239598, a SRH informa que, no âmbito da Secretaria de Recursos Humanos (SRH), não há, servidores com formação ou especialização nas áreas indicadas (medicina do trabalho, engenharia ou arquitetura com especialização em segurança do trabalho) que disponham das informações técnicas necessárias ou que possam realizar o procedimento de perícia de insalubridade/periculosidade conforme solicitado.

8.3.9.6. Por fim, diante das negativas supra citadas, a equipe de planejamento novamente solicitou por meio do despacho sei 6334758 o encaminhamento da demanda para verificação junto a outros órgãos, a saber:

iii) celebração de instrumentos de cooperação ou parcerias com órgãos das esferas federal, estadual, distrital ou municipal que possuam, em seus quadros, servidores públicos ocupantes de cargo ou posto militar de médico com especialização em medicina do trabalho, ou de engenheiro ou arquiteto com especialização em segurança do trabalho; e

iv) realização da perícia pelo Ministério do Trabalho, conforme previsão do art. 195, § 1º, da CLT (Parecer nº 00019/2023/CPLC/SUBCONSU/PGF/AGU).

8.3.9.7. Por fim, por meio do despacho sei 6349005, a PRGAF orientou que a elaboração do referido laudo ficará a cargo da empresa contratada.

8.3.9.8. Ademais, a CCT PB000050/2026 recomenda no PARÁGRAFO OITAVO da CLÁUSULA NONA que as funções descritas no GRUPO I-A da Cláusula Terceira que realizarem atividades de limpeza não farão jus ao adicional de insalubridade, desde que comprovado a inexistência ou neutralização de eventuais agentes nocivos, através da apresentação do PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional) e do PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) pela empresa. Caso fique comprovada a existência de insalubridade, o adicional será limitado ao **grau médio (20%)**.

8.3.9.9. Portanto, na planilha de custos e formação de preços (documento SEI 6514130), foi provisionado o valor de R\$ 324,20 (20% do salário mínimo) para pagamento da insalubridade dos serventes de limpeza que trabalharão em banheiros e ambientes hospitalares e na coleta de resíduos sólidos com direito ao referido adicional. No entanto, os valores só devem ser pagos quando da apresentação do LTCAT e comprovação do referido direito ao adicional.

8.3.9.10. Ainda conforme CCT, temos:

CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE: Fica assegurado a todos os empregados que exercem atividades ou operações perigosas o adicional de periculosidade nos percentuais previstos em Lei, desde que apuradas as condições de trabalho, por meio de laudos periciais, que deverão ser emitidos por Peritos contratados pelo tomador de serviços, sendo apenas devido enquanto perdurarem as condições particulares de trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o piso salário da categoria, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

8.3.9.11. Os valores referentes aos adicionais de insalubridade e periculosidade foram provisionados na planilha de custos e formação de preços, porém, só serão confirmados após realização do laudo técnico a ser providenciado pela empresa contratada.

8.4. Por fim, para aferição se o valor total para a contratação está de acordo com o praticado no mercado foram realizadas pesquisas de preços conforme quadro abaixo:

Piso	Valor mensal do m² estimado pela UFCG	Média	Mediana
Piso frio - área interna	R\$ 5,44	R\$ 5,93	R\$ 4,46
Piso frio - área interna - banheiro	R\$ 9,06	R\$ 12,07	R\$ 10,48
Almoxarifado e Galpões, Oficinas e Áreas Com espaços Livres - saguão, hall e salão	R\$ 5,44	R\$ 5,93	R\$ 4,46
Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	R\$ 3,65	R\$ 2,66	R\$ 2,54
Varrições de passeios e arruamentos e Pátios e áreas verdes alta, média e baixa frequência	R\$ 2,43	R\$ 2,49	R\$ 2,10
Face externa com exposição à situação de risco	R\$ 2,20	R\$ 2,20	R\$ 2,00
Face externa sem exposição à situação de risco e Face interna	R\$ 1,45	R\$ 1,42	R\$ 1,28
Área hospitalares - Administrativo e Ambientes cirúrgico, enfermarias, ambulatorios, farmácias, etc..	R\$ 16,11	R\$ 14,45	R\$ 16,00

8.5. Os valores praticados no mercado estão pormenorizados no Doc.SEI nº 6445197.

8.6. Considerando os valores acima, constatamos que o valor estimado pela UFCG para a contratação está de acordo com os valores praticados no mercado.

8.7. Insumos para a contratação.

8.7.1. Em relação aos custos com os insumos e obedecendo o exarado na IN 65/2021, temos:

Art. 3º A pesquisa de preços será materializada em documento que conterà, no mínimo:

I - descrição do objeto a ser contratado;

II - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento;

III - caracterização das fontes consultadas;

IV - série de preços coletados;

V - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado;

VI - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexecutáveis ou excessivamente elevados, se aplicável;

VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e

VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º.

8.7.2. As informações do incisos I ao V estão pormenorizados na planilha de custos e formação de preços, os VI e VII estão detalhados no doc sei 6439499, a exceção do VIII tendo em vista não ter sido utilizado a pesquisa direta com fornecedores.

8.8. Parâmetros da IN 65/2021.

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

8.8.1. Obedecendo o exposto, a pesquisa de preços utilizou os parâmetros I, II e III.

Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2º Com base no tratamento de que trata o caput, o preço estimado da contratação poderá ser obtido, ainda, acrescentando ou subtraindo determinado percentual, de forma a aliar a atratividade do mercado e mitigar o risco de sobrepreço.

§ 3º Para desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§ 4º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 5º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente.

§ 6º Quando o preço estimado for obtido com base única no inciso I do art. 5º, o valor não poderá ser superior à mediana do item nos sistemas consultados.

8.8.2. Para melhor compreensão, os valores obtidos através das pesquisas de preços foram consolidados em planilha específica – Mapa de Preços para Composição do Valor de Referência utilizando-se o cálculo na planilha da Média e da Mediana dos valores pesquisados. Para tanto, a Média é obtida somando-se os valores de todos os dados e dividindo a soma pelo número de dados. Quanto à Mediana - depois de ordenados os valores por ordem crescente ou decrescente, a mediana é: o valor que ocupa a posição central, se a quantidade desses valores for ímpar, ou a média dos dois valores centrais, se a quantidade desses valores for par. Na análise crítica/técnica dos preços coletados, esta equipe utilizou a variância e o desvio padrão como medidas, pois estas dão uma ideia da dispersão de um preço pesquisado para outro. Um valor alto para a variância ou desvio padrão indica que os valores observados tendem a estar distantes da média, ou seja, a distribuição é mais “espalhada”. Se a variância for relativamente pequena, então os dados tendem a estar mais concentrados em torno da média. Assim, para obtenção do resultado da pesquisa, foi determinado que, quando o coeficiente de variação encontrasse igual ou inferior a 25% seria utilizado o valor da média como preço referencial a ser adotado, acima deste percentual, seria utilizado o valor da mediana.

8.9. Deve conter no Termo de Referência, planilha e edital:

8.9.1. Os licitantes, quando tributados pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, deverão cotar na planilha de custos e formação de preços o detalhamento dos componentes dos seus custos e as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições.

8.10. Da Exclusividade ME/EPP, Margem de Preferência e Cotas.

8.10.1. De acordo com a Lei 14.133/21, temos:

Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.10.2. Observando a Lei Complementar Nº 123/2006, temos:

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

II - poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;

III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 2 Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da administração pública poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

§ 3 Os benefícios referidos no caput deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48.

8.10.3. Portanto, analisando a legislação acima e considerando o valor da contratação, constatamos que não se trata de licitação que deva ser destinada exclusivamente a ME/EPP.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Do parcelamento

9.1. A finalidade pretendida pela Administração é evitar contratações administrativas defeituosas, assim entendidas aquelas que se inviabilizem ao longo da execução do objeto ou que não asseguram o aproveitamento mais eficiente dos recursos públicos. À medida que se promove uma licitação satisfatória, reduz-se o risco de conflitos, impugnações e atrasos.

9.2. Conforme a Lei 14.133/2021, art. 47, temos:

Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

[...]

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

9.3. Com relação parcelamento ou não da solução segundo o “Acórdão TCU nº 2796/2013 – Plenário “3, temos:

"9. Urge frisar, preliminarmente, que a adjudicação por grupo ou lote não pode ser tida, em princípio, como irregular [...] a perspectiva de administrar inúmeros contratos por um corpo de servidores reduzido pode se enquadrar, em nossa visão, na exceção prevista na Súmula nº 247, de que haveria prejuízo para o conjunto dos bens a serem adquiridos.

10. A Administração deve sopesar, no caso concreto, as consequências da multiplicação de contratos que poderiam estar resumidos em um só, optando, então, de acordo com suas necessidades administrativas e operacionais, pelo gerenciamento de um só contrato com todos os itens ou de um para cada fornecedor. É claro que essa possibilidade deve ser exercida dentro de padrões mínimos de proporcionalidade e de razoabilidade".

9.4. Observando a legislação e analisando a demanda pode-se concluir pela possibilidade do parcelamento da contratação, podendo o fornecimento do material ocorrer em separado da contratação dos serviços. Todavia, contratações distintas para material e mão de obra geram um elevado risco operacional de desabastecimento ou falta de materiais e equipamentos adequados, o que comprometeria a continuidade e a qualidade dos serviços de limpeza e conservação.

9.5. A reunião do objeto em contrato único assegura a responsabilidade integral da contratada pela alocação da mão de obra, bem como pelo fornecimento e gestão dos insumos necessários à adequada execução dos serviços.

9.6. A adoção de lote único promove maior racionalização administrativa, ao reduzir o número de contratos decorrentes do certame, o que simplifica as atividades de gestão e fiscalização contratual. A eventual fragmentação do objeto implicaria a necessidade de mobilização de maior quantitativo de servidores para acompanhamento e controle contratual, resultando em dispêndio adicional de tempo laboral e, conseqüentemente, em aumento indireto de custos para a Administração, caracterizando possível cenário de antieconomicidade.

9.7. Ressalte-se, também, que os serviços a serem prestados são de baixa complexidade, situação em que deve ser evitado o parcelamento da licitação, conforme ACÓRDÃO Nº 1214/2013 – TCU – Plenário:

9.1.16 deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de limpeza, copeiragem, garçom [...];

9.8. Em serviços terceirizados, as empresas geralmente se especializam na administração da mão de obra e não na técnica do serviço em si, que é de baixa complexidade, como a limpeza e conservação. Portanto, a divisão do objeto não implicaria em ampliação da competitividade ou ganhos econômicos.

9.9. A experiência prática demonstra que quanto maior o objeto deste tipo de contrato, menores serão os custos fixos por posto de trabalho, resultando em uma esperada redução dos preços ofertados e, conseqüentemente, maior economicidade. A simples divisão dos serviços, nesse contexto, implicaria apenas em aumento de despesas para a administração, seja para contratá-los, seja para geri-los.

9.10. Diante do exposto, com vistas à otimização dos procedimentos de contratação, bem como das atividades de acompanhamento, controle e fiscalização contratual, e considerando os ganhos de economicidade e eficiência decorrentes da unificação do objeto, a equipe de planejamento optou pelo seu agrupamento em lote único. A medida busca conferir maior racionalidade administrativa, ampliar a atratividade do certame e potencializar a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração, em consonância com os princípios da eficiência e da economicidade.

Da padronização.

9.11. De acordo com a Lei 14.133/21, temos:

Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

I - da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

9.12. No que concerne ao objeto, não foi identificada a necessidade de manter uma padronização com indicação de marcas ou de compatibilidade técnica para a prestação dos serviços.

9.13. Ainda de acordo com a Lei 14.133/21, temos:

Art. 19. Os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão:

II - criar catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, admitida a adoção do catálogo do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;

§ 1º O catálogo referido no inciso II do caput deste artigo poderá ser utilizado em licitações cujo critério de julgamento seja o de menor preço ou o de maior desconto e conterá toda a documentação e os procedimentos próprios da fase interna de licitações, assim como as especificações dos respectivos objetos, conforme disposto em regulamento.

§ 2º A não utilização do catálogo eletrônico de padronização de que trata o inciso II do caput ou dos modelos de minutas de que trata o inciso IV do caput deste artigo deverá ser justificada por escrito e anexada ao respectivo processo licitatório.



9.14. Dessa forma, foi consultado o catálogo encontrado no endereço eletrônico < <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>> e os itens catalogados e padronizados não tem relação com a contratação em tela. Assim justificamos a não adoção do referido catálogo eletrônico.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes na fase de planejamento.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), disponível no endereço eletrônico <<https://drive.google.com/file/d/1QgGNjUpoxxEHR2GwIBcN3X0e9e4ExXGB/view>>, é o resultado de um processo de formulação da estratégia institucional. Este documento orienta as ações e define a trajetória futura da instituição, exigindo um processo de elaboração detalhado, estratégico e participativo, composto por diversas etapas essenciais.

11.2. Com vigência para cinco anos (2026 - 2030), a contratação em tela não está explicitamente contemplada no PDI, mas pode-se verificar que ela encontra respaldo no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2026–2030) da UFCG, especialmente no eixo de infraestrutura, que estabelece a necessidade de implementação de plano de manutenção preventiva e corretiva contínua de todos os prédios da instituição (Objetivo 6.1: Melhorar infraestrutura física e urbana; Iniciativa 6.1.1. Implementar um plano de manutenção preventiva e corretiva contínua de todos os prédios da UFCG)

11.3. O PDI também reconhece que a infraestrutura institucional, composta por instalações e recursos físicos, é elemento fundamental para o pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas, administrativas e científicas, devendo os espaços físicos estar adequados às necessidades institucionais .

11.4. Nesse contexto, os serviços de limpeza, asseio e conservação configuram-se como serviços contínuos e indispensáveis, constituindo meio necessário para garantir a adequada manutenção dos ambientes institucionais, a salubridade dos espaços e o pleno funcionamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, em consonância com as diretrizes estabelecidas no PDI.

11.5. Ademais, conforme documento SEI 6435279, resta comprovada que a referida contratação está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) 2026.

11.6. Ademais, consultando a Resolução nº 01/2026, que aprova o Plano Diretor de Logística Sustentável – PLS (2025-2030) da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, deve-se observar os objetivos exarados no Eixo 6: Divulgação, conscientização e capacitação, quais sejam:

a) Objetivo 21: Promover cultura de capacitação de logística sustentável para os setores envolvidos com a construção e monitoramento do PLS;

b) Objetivo 23: Promover o correto descarte dos resíduos sólidos produzidos pela UFCG;

c) Objetivo 24: Promover o uso responsável e eficiente dos recursos naturais (energia e água) na UFCG, por meio de ações de conscientização e compartilhamento de boas práticas entre os campi.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de limpeza e asseio visa assegurar a manutenção das condições adequadas de higiene, salubridade e conservação das instalações públicas, contribuindo diretamente para a qualidade do ambiente de trabalho, para a preservação do patrimônio e para o adequado atendimento ao público.

12.2. Com a formalização contratual, espera-se alcançar os seguintes benefícios:

1. **Garantia de ambientes salubres e seguros**, em conformidade com normas sanitárias e de segurança do trabalho, reduzindo riscos à saúde de servidores, colaboradores e usuários.
2. **Elevação do padrão de qualidade dos serviços**, mediante a utilização de mão de obra capacitada, técnicas adequadas, equipamentos apropriados e supervisão contínua.
3. **Continuidade e regularidade da prestação dos serviços**, evitando descontinuidade das atividades administrativas em razão de ausência de pessoal ou falhas operacionais.
4. **Economicidade e previsibilidade orçamentária**, com definição clara de custos, metas e níveis de desempenho, assegurando a proposta mais vantajosa e o uso eficiente dos recursos públicos.
5. **Mitigação de riscos trabalhistas e administrativos**, uma vez que a gestão da mão de obra, encargos legais e substituições ficará sob responsabilidade da contratada, sem prejuízo da fiscalização contratual.
6. **Melhoria na conservação do patrimônio público**, reduzindo a deterioração de bens móveis e imóveis e contribuindo para a ampliação da vida útil das instalações.

12.3. Assim, a contratação pretendida contribui para o atendimento ao interesse público, observando os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público previstos na Constituição Federal de 1988 e na legislação de regência das contratações públicas.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. A Prefeitura Universitária da UFCG, demandante dos serviços ora contratado, deverá providenciar espaço físico para a guarda e controle dos materiais, ferramentas, utensílio e equipamentos a serem utilizados quando da execução dos serviços.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Dentre os possíveis impactos ambientais decorrentes da prestação do serviço que se pretende contratar, destacam-se:

14.1.1 Geração de resíduos sólidos, decorrentes do descarte de embalagens, materiais de limpeza e equipamentos utilizados, que, se não forem adequadamente segregados e dispostos, podem contribuir para a poluição do solo.

14.1.2 Uso de produtos químicos de limpeza, que pode resultar na contaminação de recursos hídricos se houver manejo inadequado dos resíduos líquidos ou descarte incorreto das sobras e embalagens.

14.1.3 Consumo excessivo de recursos naturais, como água, contribuindo para a escassez hídrica.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação de serviços de limpeza e conservação revela-se essencial ao adequado funcionamento da Instituição. Nesse contexto, declara-se a viabilidade da contratação de empresa especializada para a prestação dos referidos serviços, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, bem como o fornecimento de uniformes, materiais e equipamentos.

A contratação observará a Convenção Coletiva de Trabalho aplicável, o Caderno de Logística do Ministério do Planejamento e a legislação vigente. Ressalta-se, por fim, que a presente declaração de viabilidade está alinhada aos princípios da razoabilidade, economicidade, eficácia e eficiência.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria SEI nº 54, de 23 de fevereiro de 2026

LARISSA SANTANA BATISTA

Demandante

Despacho: Portaria SEI nº 54, de 23 de fevereiro de 2026

CHARLIER VALDSLEI NONATO DA COSTA

Membro da Equipe de Planejamento/Prefeitura Universitária

Despacho: Portaria SEI nº 54, de 23 de fevereiro de 2026

JOAO HELDER GONZAGA MUNIZ DA SILVA

Membro da Equipe de Planejamento/Prefeitura Universitária

Despacho: Portaria SEI nº 54, de 23 de fevereiro de 2026

JONAS AGAPITO RODRIGUES DE MEDEIROS E OLIVEIRA

Membro da Equipe de Planejamento/Prefeitura Universitária

Despacho: Portaria SEI nº 54, de 23 de fevereiro de 2026

ADRIELE MERCIA SOUZA DE ASSIS MORAIS

Membro da Equipe de Planejamento/DPA-CCC

Despacho: Portaria SEI nº 54, de 23 de fevereiro de 2026

WELLINGTON SOUSA LIMA

Membro da Equipe de Planejamento/Prefeitura Universitária

Despacho: Portaria SEI nº 54, de 23 de fevereiro de 2026

MARIA JAQUELINE DA SILVA MANDU

Coordenadora da Equipe de Planejamento/Coordenação de Compras e Contratos

